



**Conhecimento do património artístico regional
Preservação do Artesanato de Bisalhães**

Júlia Violante de Carvalho Ribeiro Correia

*Relatório Final apresentado à Escola Superior de Educação de Bragança para a obtenção
do Grau de Mestre em Ensino da Educação Visual e Tecnológica no Ensino Básico*

Orientado por

Professor Doutor Luís Manuel Leitão Canotilho

Bragança
2010



Conhecimento do património artístico regional Preservação do Artesanato de Bisalhães

Júlia Violante de Carvalho Ribeiro Correia

*Relatório Final apresentado à Escola Superior de Educação de Bragança para a obtenção
do Grau de Mestre em Ensino da Educação Visual e Tecnológica no Ensino Básico*

Orientado por

Professor Doutor Luís Manuel Leitão Canotilho

O presente relatório pretende identificar e relacionar o nível de conhecimentos dos alunos acerca do artesanato de Bisalhães com possíveis formas de actuação dos professores no sentido de sensibilizar os alunos para a preservação deste artesanato.

Para o efeito, foram aplicados dois questionários, a 30 alunos do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico e a 30 professores do Agrupamento Vertical de Escolas Monsenhor Jerónimo do Amaral, no sentido de recolher e posteriormente analisar os dados obtidos.

Bragança

2010

DEDICATÓRIA

Ao meu marido e filha, por todo o amor, apoio e compreensão...

AGRADECIMENTOS

A realização deste Relatório Final marca o fim de uma importante etapa da minha vida.

Para a sua realização foram vários os intervenientes que colaboraram directa e indirectamente, os quais merecem o meu reconhecimento e gratidão.

Ao meu orientador, Professor Doutor Luís Canotilho, pela dedicação, empenho e disponibilidade que demonstrou quer na fase inicial de definição do tema da investigação quer ao longo da realização do mesmo.

Agradeço igualmente aos meus colegas de mestrado e amigos que fiz nestes anos.

Finalmente, de modo especial, quero agradecer ao meu marido, filha e restante família, pela compreensão, apoio incondicional, incentivo e motivação imprescindíveis para a efectivação deste trabalho.

A todos bem hajam!

RESUMO

O presente tema foi definido no sentido de alertar e sensibilizar os alunos e docentes do Agrupamento Vertical de Escolas Monsenhor Jerónimo de Amaral, para o facto de o artesanato de Bisalhães, dentro de poucos anos, deixar de existir, caso não sejam preservados os conhecimentos, as técnicas e métodos de fabrico desta tradição secular e tendo em conta que um dos objectivos do projecto educativo da escola prende-se com a preservação e valorização do património nacional, local e da escola.

O problema de investigação relaciona-se com o conhecimento acerca do artesanato de Bisalhães e com a sua preservação, pelos docentes e alunos do Agrupamento Vertical de Escolas Monsenhor Jerónimo de Amaral. Para este trabalho de investigação optou-se pelo estudo descritivo, exploratório e transversal, uma vez que tem como objectivo descrever e explicar num determinado momento os fenómenos, observar, registar, analisar e correlacionar os factos sem os manipular. A amostra seleccionada para este estudo é constituída por 30 docentes e 30 alunos do Agrupamento, que aceitaram fazer parte do estudo e que foram escolhidos aleatoriamente. Neste estudo, o instrumento seleccionado para efectuar a colheita de dados foi um questionário onde se caracteriza sócio-demograficamente a amostra e se incluem questões acerca do artesanato de Bisalhães, dos conhecimentos acerca deste artesanato e se este conhecimento se relaciona com a preservação das peças.

Os resultados obtidos vão de encontro ao que se verifica na revisão da literatura, pois quer os alunos quer os docentes, na sua maioria, conhecem o artesanato de Bisalhães, bem como estão sensibilizados para a preservação desta arte tradicional. Os docentes consideram ainda importante que sejam tomadas medidas, no Agrupamento, no sentido de o artesanato ser mais visível aos olhos da comunidade, visitando o local de trabalho dos oleiros, promovendo exposições no agrupamento, bem como a implementação de actividades práticas em sala de aula, acerca desta arte.

ABSTRACT

This theme was chosen to alert and sensitize the students and teachers of the Agrupamento Vertical de Escolas Monsenhor Jerónimo de Amaral, to the fact that the Bisalhães handicraft, in a few years, will disappear, if the knowledge, the technics and means of facturing this secular tradition will not be preserved and also because one of the educational project of this school is the preservation and valorization of the national, local and school's heritage.

The investigation problem is related to the knowledge about the Bisalhães handicraft and its preservation, by the teachers and students of the Agrupamento Vertical de Escolas Monsenhor Jerónimo de Amaral. To this investigation work, we use a descriptive, exploratory and transversal study, with the purpose to describe and explain, at a given time phenomena, observe, registry, analyze and correlate facts without manipulate them. The sample of this study is composed by 30 teachers and 30 students of the Agrupamento, who agreed to take part in this study and were randomly chosen. In this study, the instrument selected to perform the data collection will be a questionnaire, which characterize socio-demographic our sample and included questions about Bisalhães handicraft, knowledge about this craft and if they're knowledge is related to the preservation of parts.

The results obtained agree with what is found in the literature review, because either students or teachers, most of them know Bisalhães handicraft and are sensitized to the preservation of this traditional art. Teachers also consider important that measures should be taken, in the Agrupamento, so that this handicraft can became more visible to the community, visiting the work of potters, promoting exhibitions in the Agrupamento, as well as implementation of practical activities in the classroom, about this art.

ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS USADOS

Abreviatura	Significado
Dec.-Lei	Decreto-Lei
n.º	Número
p.	página
%	Porcentagem
N	Valor total de frequência

Tabela 1 – Abreviaturas, Siglas e Símbolos usados

TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Abreviaturas, Siglas e Símbolos usados	6
Tabela 2 – Distâncias quilométricas e tempos de viagem da escola sede a cada uma das freguesias da área de influência do Agrupamento	24
Tabela 3 - População residente e grupos etários das freguesias da área de influência do Agrupamento (INE, 2001)	25
Tabela 4 - Número de alunos, docentes e não docentes do Agrupamento (Setembro de 2008)	25
Tabela 5 - Número de alunos que frequentaram o Agrupamento de 2003/04 a 2008/09	26
Tabela 6 - Instalações da escola sede do Agrupamento (2008)	26
Tabela 7 – Distribuição dos inquiridos segundo o Género	33
Gráfico 1 – Distribuição dos inquiridos segundo o Género	34
Tabela 8 – Distribuição dos inquiridos segundo a Idade	34
Gráfico 2 – Distribuição dos inquiridos segundo a Idade	35
Tabela 9 – Distribuição dos inquiridos segundo as Habilitações Literárias	35
Tabela 10 – Distribuição dos inquiridos segundo a Residência	35
Tabela 11 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Conheces o artesanato de Bisalhães?”	36
Gráfico 3 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Conheces o artesanato de Bisalhães?”	36
Tabela 12 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Sabes que materiais se utilizam para fabricar as peças artesanais de Bisalhães?”	37
Gráfico 4 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Sabes que materiais se utilizam para fabricar as peças artesanais de Bisalhães?”	37
Tabela 13 – Distribuição dos inquiridos de acordo com os materiais utilizados no artesanato de Bisalhães	38
Tabela 14 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “No local onde resides, conheces algum oleiro?”	38
Gráfico 5 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “No local onde resides, conheces algum oleiro?”	39
Tabela 15 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “O artesanato de Bisalhães é, para ti, uma tradição a manter e proteger?”	39
Tabela 16 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Na tua opinião, refere como deve ser preservada, nas escolas da região, esta arte tradicional, colocando uma cruz apenas em um quadrado e com o qual te identifiques mais.”	40
Tabela 17 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Na tua opinião, divulgar o artesanato de Bisalhães é preservar esta arte tradicional?”	40
Tabela 18 – Distribuição dos inquiridos segundo o Género	41

Gráfico 6 – Distribuição dos inquiridos segundo o Género	41
Tabela 19 – Distribuição dos inquiridos segundo a Idade	41
Gráfico 7 – Distribuição dos inquiridos segundo a Idade	42
Tabela 20 – Distribuição dos inquiridos segundo as Habilitações literárias	42
Gráfico 8 – Distribuição dos inquiridos segundo as Habilitações literárias	43
Tabela 21 – Distribuição dos inquiridos segundo a Área que lecciona	43
Tabela 22 – Distribuição dos inquiridos segundo o Nível de ensino	44
Gráfico 9 – Distribuição dos inquiridos segundo o Nível de ensino	44
Tabela 23 – Distribuição dos inquiridos segundo o Tempo de serviço	45
Gráfico 10 – Distribuição dos inquiridos segundo o Tempo de serviço	45
Tabela 24 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Conhece o artesanato de Bisalhães?”	46
Gráfico 11 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Conhece o artesanato de Bisalhães?”	46
Tabela 25 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Sabe que materiais se utilizam para fabricar as peças artesanais de Bisalhães?”	47
Tabela 26 – Distribuição dos inquiridos de acordo com os materiais utilizados no artesanato de Bisalhães	47
Tabela 27 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “No local onde reside, conhece algum oleiro”	48
Gráfico 12 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “No local onde reside, conhece algum oleiro”	48
Tabela 28 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “O artesanato de Bisalhães é, para si, uma tradição a manter e proteger?”	49
Tabela 29 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Na sua opinião, refira como deve ser preservada, nas escolas da região, esta arte tradicional, colocando uma cruz apenas em um quadrado e com o qual se identifique mais.”	49
Tabela 30 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Na sua opinião, divulgar o artesanato de Bisalhães é preservar esta arte tradicional?”	49
Tabela 31 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Dê sugestões sobre como faria, ao leccionar a sua disciplina, para inculcar nos alunos a preservação do artesanato de Bisalhães”	50
Tabela 32 – Correlação Género/Conheces o artesanato de Bisalhães?	51
Tabela 33 – Teste do Qui-quadrado	51
Tabela 34 – Correlação Idade/Conheces o artesanato de Bisalhães?	51
Tabela 35 – Teste do Qui-quadrado	52
Tabela 36 – Correlação Habilitações Literárias/Conheces o artesanato de Bisalhães?	52
Tabela 37 – Teste do Qui-quadrado	52
Tabela 38 – Correlação Residência/Conheces o artesanato de Bisalhães?	53

Tabela 39 – Teste do Qui-quadrado	53
Tabela 40 – Correlação O artesanato de Bisalhães é, para ti, uma tradição a manter e proteger? /Conheces o artesanato de Bisalhães?	53
Tabela 41 – Correlação Género/Conheces o artesanato de Bisalhães?	54
Tabela 42 – Teste do Qui-quadrado	54
Tabela 43 – Teste do Qui-quadrado	54
Tabela 44 – Correlação Habilitações literárias/Conhece o artesanato de Bisalhães?	55
Tabela 45 – Teste do Qui-quadrado	55
Tabela 46 – Correlação Área que lecciona/Conhece o artesanato de Bisalhães?	55
Tabela 47 – Teste do Qui-quadrado	56
Tabela 48 – Teste do Qui-quadrado	56
Tabela 49 – Correlação O artesanato é, para si, uma tradição a manter e proteger/Conhece o artesanato de Bisalhães?	56

ÍNDICE

1 REVISÃO DA LITERATURA	11
1.1 INTRODUÇÃO	11
1.2 DEFINIÇÃO DE ARTESANATO	12
1.3 RESENHA HISTÓRICA DO ARTESANATO	13
1.4 ARTESANATO DE BISALHÃES	15
1.4.1 BISALHÃES	15
1.4.2 O BARRO	16
1.4.3 OS OLEIROS	19
1.5 AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MONSENHOR JERÓNIMO DE AMARAL	23
2 METODOLOGIA	32
2.1 PARTICIPANTES	32
2.2 PROCEDIMENTOS	32
2.3 RESULTADOS	33
2.4 DISCUSSÃO	51
3 CONCLUSÕES	58
4 BIBLIOGRAFIA	59
ANEXOS	61
ANEXO A – INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS	62
ANEXO B – LEGISLAÇÃO CONSULTADA	73

1 REVISÃO DA LITERATURA

1.1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o intuito de divulgar as artes e os ofícios característicos da zona de Vila Real, alguns dos quais se encontram quase em vias de extinção, devido à concorrência que sofrem por parte da produção industrial que o desenvolvimento tecnológico torna mais rentável e a baixo custo, subvertendo, desse modo, a produção caseira e manual.

Pretendemos com este trabalho consciencializar, assim como sensibilizar as pessoas, sobretudo os mais jovens, da necessidade de preservar e defender com urgência o Artesanato de Bisalhães, característico da região, minorando-se o risco de o perder, pois o valor de cada uma peça não está só na sua beleza estética, mas na sua capacidade de testemunhar as vivências tradicionais.

Assim, consideramos pertinente ressaltar que o artesanato deveria ser visto como um conjunto cultural complexo que envolve formas de pensar, sentir e exprimir a realidade circundante e cujo valor antropológico não pode ser negligenciado.

Desta forma, deveremos actuar no sentido de não perder estes elementos, o que significaria perder em parte a nossa própria existência e viver-se como um estranho na sua própria terra. Assim, a produção de artefactos, fruto de uma longa experiência, transmitida de geração em geração, impõe-se hoje como algo a preservar, de forma a salvaguardar esse património que faz parte da nossa "História Comum". Tendo em conta que a actividade artesanal se caracteriza pela transformação de matérias-primas, onde o seu autor, através de um saber-fazer tradicional, é o responsável por todas as fases da produção, consideramos que este será um tipo de produção em pequena escala.

O artesão é o trabalhador que *“exerce uma actividade artesanal”* (D.L. n.º 41/2001, I série-A, n.º 34, p. 726), por conta própria ou por conta de outrem, inserido numa unidade produtiva artesanal reconhecida, *“ao qual se exige: o domínio dos saberes e técnicas inerentes à actividade em causa; e um apurado sentido estético e perícia manual”* (D.L. n.º 41/2001, I série-A, n.º 34, p. 724), tendo em conta a definição incluída no Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 41/2001, de 9 de Fevereiro, e, posteriormente, alterado, conferindo-lhe maior eficácia, pelo Decreto-Lei n.º 110/2002, de 16 de Abril (Anexo B).

O presente estudo foi desenvolvido, considerando esta definição e para a sua concretização foram definidos os seguintes objectivos:

- Identificar o artesanato como factor de desenvolvimento económico e turístico regional;
- Caracterizar a região e o artesanato de Bisalhães;
- Promover a preservação do artesanato de Bisalhães, junto das crianças em idade escolar;
- Sensibilizar os professores e os alunos do Agrupamento Vertical de Escolas Monsenhor Jerónimo de Amaral para a importância do artesanato de Bisalhães na região de Vila Real.

Assim, dividiu-se o relatório em três partes fundamentais, a revisão da literatura, onde serão abordados alguns conceitos relacionados com o artesanato tradicional e, particularmente com o de Bisalhães, bem como uma primeira estruturação dos métodos utilizados para o presente trabalho. Na segunda parte, pretende-se descrever a metodologia, de forma mais pormenorizada, definindo os procedimentos utilizados bem como descrevendo a amostra em estudo, o instrumento de recolha de dados e a respectiva análise dos dados recolhidos. Por último, serão focadas as conclusões a que chegamos com o presente estudo, relacionando-as com possíveis sugestões de investigação.

1.2 DEFINIÇÃO DE ARTESANATO

Após a definição de artesão, consideramos pertinente definir artesanato, de forma a compreendermos todo o processo de produção desta arte tradicional e com o objectivo de analisarmos as actividades artesanais da região de Vila Real.

Durante a história do artesanato, vários foram os autores que geraram controvérsia na sua definição, já que abordaram apenas alguns factores como fulcrais nos diversos estudos, como por exemplo, o carácter manual da actividade ou a sua tradução em expressão de um viver tradicional. É óbvio que os autores, provavelmente, não tiveram em linha de conta as realidades económicas e sociais que poderiam influenciar, de alguma forma, a sua opinião acerca desta arte. Assim, é necessário, actualmente, definir o artesanato considerando critérios que caracterizem a realidade, especialmente da região que se pretende analisar, no presente caso, o artesanato de Bisalhães.

Assim, a definição mais lata de artesanato tem a sua origem etimológica na palavra francesa “*artisan*” que significa artífice, ou seja, aquele que exerce um ofício manual.

Um dos autores que define artífice, é Mónica (1986, p. 9) que nos refere que:

"No Portugal de oitocentos, havia duas grandes famílias dentro das classes trabalhadoras: os homens que vinham do mundo pré-industrial e os que estavam a ser recrutados para as fábricas. (...) Os primeiros chamavam-se artesãos, artistas ou artífices; os outros, operários ou proletários. O termo artífice referia-se àqueles que tinham aprendido uma ars, o de operário aos que executavam uma obra. O primeiro implicava aprendizagem, exercício e perícia; o segundo indicava um trabalho simples que qualquer pessoa podia fazer."

Assim, consideramos que, para a execução de uma actividade artesanal, será necessária a especialização do artífice numa determinada arte, o que implicará uma aprendizagem anterior, para que esta actividade seja exercida. Da mesma forma, o artesão, enquanto proprietário e executor da actividade artesanal, será participante activo em todas as fases de concretização do objecto, desde a recolha da matéria-prima, até à comercialização do produto acabado, que poderá, inclusive, ser posto à venda no local de fabrico das peças. Na concretização deste tipo de actividades artesanais, a família do artesão poderá ser uma fonte de ajuda, bem como a aceitação de aprendizes para adquirirem experiência neste tipo de actividade.

Na produção artesanal, a utilização de determinados artefactos para a satisfação das necessidades locais, permite uma resposta a encomendas dependente do número de peças em stock e do número de pedidos efectuado. De realçar que actualmente esta produção “utilitária” tem vindo a ser substituída pela produção com objectivo de decoração, o que não permite analisar a influência que o limite temporal de fabrico de uma peça poderá ter no abandono de determinadas actividades artesanais

A matéria-prima necessária para o fabrico de determinada peça já não é comprada, pelo artífice, na região de fabrico, uma vez que algumas matérias-primas não abundam em determinadas regiões, como antigamente e este facto não poderá ser um ponto forte na definição de produção artesanal, pois que cada vez mais os artesãos recorrem à importação da matéria-prima necessária ao fabrico das peças. Para o fabrico das peças artesanais são raros os artesãos que recorrem a máquinas eléctricas, no seu fabrico, sendo a energia natural, as ferramentas rudimentares e a força muscular utilizadas nos seus métodos de trabalho, sendo também actividades das quais o artesão faz o seu modo de sustento e a sua ocupação normal, seja parcial ou totalmente.

O artesanato, assim definido, leva-nos, de seguida à expressão artesanato tradicional e à necessidade de a definir. Assim, a produção de peças com cariz regional que se encontre, de alguma forma ligada às actividades económicas de determinada região e com vincadas características culturais ou artísticas da região serão as que se englobam na expressão artesanato tradicional e temos como exemplo, peças que se fabricam quer para satisfazer as necessidades da vida quotidiana e tarefas

agrícolas da população local, quer para a decoração. Estas peças podem ser consideradas como fazendo parte de um artesanato tipicamente característico da zona de Bisalhães, já que a sua população esteve ligada a essa realidade e mantém a tradição; outras peças de barro utilitárias são também manifestação cultural com grande tradição em Portugal, mas que não têm nada a ver com a vida local. Esta diferença não é uma limitação rígida, antes pelo contrário, no caso do barro preto de Bisalhães, as peças são funcionais e paralelamente artísticas e com valor decorativo.

As ferramentas utilizadas para fabrico artesanal, conforme já foi referido, são imprescindíveis, pelo que consideramos importante transcrever a definição de Leroi-Gourhan (1984, p. 85) acerca da importância e da acção destes instrumentos de trabalho

"não existe praticamente produto que não tenha sofrido em determinado momento a acção de ferramenta que suprime matéria para esculpir um cabo ou um barrote, que esmaga as fibras vegetais para delas extrair fios, que desloca as moléculas de um metal para o modelar."

Assim, as ferramentas serão o equipamento de trabalho que, manuseadas pelo homem, actuam sobre a matéria-prima a transformam-na, mediante a vontade do artesão.

De forma a podermos ter uma noção mais abrangente ainda do artesanato, de seguida se faz uma breve resenha histórica sobre o mesmo.

1.3 RESENHA HISTÓRICA DO ARTESANATO

Uma das grandes características do Homem é a sua aptidão para produzir objectos, pois à medida que as suas capacidades intelectuais se vão desenvolvendo, vai fabricando artefactos que respondem às suas necessidades mais prementes. Esta destreza manual acompanhada de um progresso cognitivo tomou-se uma etapa decisiva no processo de evolução que marcou profundamente a vida cultural do homem.

Para Afonso (1981, p. 17)

"Prender um animal, o cabo de uma ferramenta, construir a cabana, tecer vestuário, fabricar armadilhas, são actividades de todos os tempos, e que cintilaram no cérebro do homem quando este teve urgência de resolver situações concretas."

Com a evolução histórica os métodos e técnicas de fabrico foram-se desenvolvendo, surgindo as artes ou ofícios inicialmente manuais e posteriormente, com a Revolução Industrial, mecânicos, ligados essencialmente à necessidade de sobrevivência do Homem.

O desenvolvimento da produção tem início nas actividades artesanais, que permitiram, a passagem dos trabalhos agrícolas para actividades mais técnicas e cujo produto final poderia ser comercializado, atingindo o seu ápice na Antiguidade Clássica, com a venda dos artefactos fabricados pelos escravos, a outros senhores feudais, rendendo lucros significativos, pois que eram produtos com qualidade elevada (Delgado e Godinho, 2002).

Nesta época, com a generalização da prática da venda de artefactos, os escravos conseguem ficar independentes apenas financeiramente, dos seus senhores, mantendo-se, no entanto, como seus escravos.

Após a queda do Império Romano, alguns produtos artesanais deixam de ser fabricados, pela diminuição do poder de compra da população, pelo que o fabrico artesanal passa a limitar-se para a subsistência doméstica da população, sendo os artesãos, à data, a abastecer a população com os seus produtos, quer alfaias agrícolas, quer vestuário, quer utensílios de uso doméstico (Delgado e Godinho, 2002).

Com a evolução do comércio, a partir do século X, os artesãos rurais deslocam-se para os centros urbanos, procurando a protecção do administrador da cidade, cujo poder se sobreporá ao dos senhores feudais, gerando, dessa forma, a produção de artefactos para uso imediato, no sentido de colmatar as necessidades da população citadina e paralelamente dar resposta aos senhores feudais e à população rural que estes gerem (Delgado e Godinho, 2002).

Polèse (1998) refere que a partir do momento em que os artesãos se tornam fabricantes e vendedores dos seus produtos, sentem necessidade de se associarem em colectividades com o objectivo de se defenderem da concorrência ilícita, pelo que definiam e regulamentavam, desta forma, a produção e as trocas comerciais, a fim de defenderem os seus direitos da concorrência de elementos estranhos. Embora estivessem associados, os artesãos continuavam a produzir com carácter familiar, pois a arte era passada de geração em geração ou para aprendizes que depois evoluíam para artesãos que davam continuidade à arte apreendida.

Ferrão (1996) considera que, a partir do século XVI, aumenta o comércio e a necessidade, cada vez maior, de produzir mais artefactos. Na sequência dessa nova situação económica, as grandes famílias tradicionais ligadas ao sistema corporativo procuram, por todos os meios, controlar e monopolizar toda a produção e comercialização artesanal. Em resposta a essa situação, vão criar toda uma série de dificuldades aos novos aprendizes, no seu acesso à categoria de mestre/artesão e consequentemente o seu tempo de aprendizagem é dilatado para um tempo indeterminado.

O mesmo autor refere ainda que, na época, aumentaram os problemas para os artesãos, uma vez que se lhes passou a exigir valores altos de quotas do sistema corporativo, logo se não dispusessem do capital necessário que era exigido, seriam excluídos da corporação, procedendo-se, deste modo, à sua decadência. Para pagarem as quotas, alguns dos artesãos vendiam os seus meios de produção e submetiam-se a trabalhar com salários baixos para as corporações, transformando-se em operários contribuindo, assim para a desintegração da estrutura artesanal.

Nos dois séculos seguintes a evolução levou à concentração, em fábricas, do trabalho destes artesãos, embora algumas formas de artesanato conseguissem sobreviver, coexistindo ainda hoje com a indústria e adaptando-se ao meio local, hipoteticamente pelo facto de exigirem um capital relativamente pequeno a par com uma grande destreza manual, embora algumas dessas actividades se encontrem em vias de extinção, também pela existência de indústrias que com maiores meios técnicos e humanos conseguem ter capacidade de resposta, assim como atender às exigências do mercado consumidor.

No ponto seguinte, iremos abordar o tema que deu forma ao presente estudo, o artesanato de Bisalhães, enquadrando-o geograficamente e descrevendo os métodos e técnicas de fabrico, bem como identificando alguns dos oleiros que ainda se encontram activos, na região.

1.4 ARTESANATO DE BISALHÃES

1.4.1 BISALHÃES

Bisalhães encontra-se a cerca de 8 km para Sudoeste de Vila Real, entre a cidade e o Marão, na margem direita do rio Corgo e assente nas primeiras e ainda muito esbatidas pregas da serra.

Pertencente à freguesia de Mondrões, com a qual confronta a norte, a aldeia de Bisalhães confronta a sul com a freguesia de Torgueda, a poente com a freguesia de S. Miguel da Pena e a nascente com um pequeno ribeiro, afluente da "Ribeira de Machados". À freguesia de Mondrões pertencem também as povoações de Areias, Feirões, Sapiões, Gulpilhares, Marinheira, Quintelas e Sôrdo. Segundo dados provenientes do censo provisório de 1991, Bisalhães possui 137 fogos e 347 habitantes.

Para conseguir chegar a Bisalhães, basta sair da antiga estrada que, em direcção ao Porto, passa por Parada de Cunhos, antes de passar a ponte sobre o rio Cabril, encontra-se uma placa com a indicação "Bisalhães - 4 kms" Virando à direita, depois de feita uma curva de quase 360° junto da casa do Lucas cabreiro, atinge-se uma pequena ponte romana. Mais adiante, passando os viveiros Riba-Douro, chega-se ao cruzamento para Vila Marim. Segue-se então para a esquerda, em direcção a Bisalhães e Mondrões. Passando a ponte sobre a "Ribeira de Machados", vira-se novamente à esquerda e começa-se a subir uma estreita estrada asfaltada que serpenteia por entre pinhais, até desembocar nas primeiras casas da aldeia, onde vive o oleiro Isildo Carvalho, Continuando, chega-se ao Largo da Eira.

Bisalhães desenvolve-se em cascata, desde o Cimo do Povo às Castelhas, passando pelo Lugar do Forno e pela Capela e Largo da Eira. Depois, o labirinto de pequenos caminhos descendentes conduz aos campos, quase todos virados a poente.

Não muito diferente de outras aldeias transmontanas, com as suas casinhas típicas, os estreitos caminhos empedrados, os largos, as fontes, os muros, Bisalhães possui a característica ímpar de constituir ainda um inigualável e original centro oleiro, onde o barro é trabalhado usando rudimentares processos ancestrais.

Alguns dos locais que podem ser visitados na aldeia são a Capela, que data de finais do Século XVII, com um conjunto arquitectónico exterior num todo, em especial as cornijas, os aros das portas e das janelas e as pilastras angulares. No interior possui 6 bancos corridos de madeira e altar em talha dourada com 3 imagens do séc. XVII, Sagrado Coração de Jesus, Sr.^a do Amparo e Santa Ana (todas de madeira policromada). Possui também uma imagem de madeira policromada, de Santo Isidro do Séc. XVIII (*), um grande crucifixo de madeira e uma imagem de N^a Senhora de Fátima.

O Cruzeiro do Senhor dos Desamparados é também um dos locais de visita obrigatória na aldeia foi construído em granito com a forma de cubóide, tem uma altura de 4,6m, data do Século XVIII, com um capitel de colarinho liso, gola recta e ábaco quadrangular de filetes, tem um crucifixo, morto, a cruz imita troncos de árvore, no lado oposto ao do escudete possui imagem de pedra de N^a Senhora das Dores, envolta num manto, com sete espadas cravadas no peito.

O Espigueiro, serve ainda hoje para guardar cereais, nomeadamente milho. Em Bisalhães todos têm um "pedacinho de terra". Persiste uma agricultura de subsistência que muito ajuda a poupança das famílias em tempos de crise.

O forno de barro negro, serve para cozer as peças de barro, fruto das experientes mãos dos mestres oleiros. Este forno, devido à particularidade de ser um forno fechado, torna as peças negras.

As casas antigas são todas de cariz rural e revestem-se de um manto arquitectónico mais distinto, deixando assim, imaginar uma maior prosperidade dos seus antigos proprietários perante os das demais habitações. Hoje, em Bisalhães, subsistem as casas antigas, muitas delas alteradas e adaptadas aos novos tempos, notoriamente com o dinheiro contado tostão a tostão. Contudo, é hoje também, inegável o florescimento económico de alguns dos seus habitantes, como se constata através do aparecimento de vivendas de grandes dimensões, construídas com nobres materiais.

As olarias podem variar muito em tamanho. São o local onde nascem as peças de barro de Bisalhães e onde geralmente se encontram armazenadas. Mas nem sempre as peças são aí moldadas, quase todos dão também forma ao barro nos seus postos de venda. Mas é nas olarias que se encontram grandes quantidades de peças do famoso barro negro e os instrumentos ancestrais ligados a esta arte. São elas os locais onde todo o processo de preparação do barro se desenrola, até este chegar à roda e às mãos experientes que o transformam em formas diversificadas. Regra geral, os fornos encontram-se perto das olarias, especialmente os fornos privados. Albano Carvalho e Querubim da Rocha, são os únicos que não trabalham nos postos de venda. Não se sentem aí inspirados a trabalhar, encontrando mais tranquilidade na aldeia que os viu nascer. Será mais fácil assim, encontrá-los em Bisalhães, embora nos postos de venda seja possível adquirir peças destes artesãos.

Conhecida desde sempre como centro oleiro, a aldeia de Bisalhães chegou a ter, desde que há memória, 75 homens a trabalhar o barro, alguns por conta própria, outros "à jorna". Dizia-se que trabalhava "à jorna", o oleiro que ia trabalhar ao dia, por conta de outrem. Trabalhava na sua roda, mas era ao patrão que competia transportá-la de casa do oleiro para a sua. Por vezes a roda era transportada pela mulher do oleiro. A comida podia ser por conta própria ou ser fornecida pelo patrão. Ao oleiro que trabalhava aos dias, competia apenas fazer a louça, enquanto que ao patrão competia preparar o barro, cozer e vender a louça.

As actividades na aldeia são basicamente o artesanato e a agricultura, e alguns dos habitantes são funcionários públicos que se deslocam para Vila Real para trabalhar.

De acordo com o site http://www.nervir.pt/public_html/projectos/bisalhaes/historico/raizes_olaria_06.html

“O número de oleiros tem vindo a decrescer nos últimos anos. Se em 1983 ainda laboravam em Bisalhães 16 oleiros e em 1988, Werner Tobias refere um ligeiro aumento para 18, em 1996 Isabel Fernandes (1996: 26) informa que só existiam 6 oleiros, em 1999 existiriam 8 oleiros e um “escultor” (Campos e Carvalho, 1999) e actualmente laboram apenas 4 oleiros e um “escultor”. Assim sendo, para salvar este património da comunidade Vilarealense urge travar esta decadência com o lançamento de novas iniciativas, entre as quais a sua certificação será certamente importante”.

1.4.2 O BARRO

A matéria-prima do artesanato de Bisalhães é o barro que, curiosamente, não existe na aldeia e era comprado ao “carro” na aldeia de Telheira de Parada de Cunhos, a cerca de 3 quilómetros de Bisalhães. Actualmente o barro é comprado em Chaves, às fábricas que lá existem, é transportado em camionetas até à aldeia e deixado ao pé dos fornos, construídos pelas pessoas da aldeia, com o apoio da Câmara Municipal de Vila Real. Depois é levado para as lojas, em baldes e cestos, para ser trabalhado pelas mulheres dos oleiros, que para além de irem buscar a lenha, controlarem o forno e trabalharem o barro na roda, depois ainda o põem a “gogar”, para ficar pronto a ser trabalhado pelo oleiro, que apenas cria, modela e faz o acabamento das peças (Campos e Carvalho, 1999).

Na altura em que era extraído de Telheira a extracção era feita no final da Primavera, abrindo-se poços, os Barreiros, depois era transportado em cestos, picado e deitado em sovas (lagares de

paredes baixas onde uma junta de bois o pisava durante um dia). Depois de pisado cobria-se com fetos, para evitar a evaporação e posteriormente era deitado em grades de madeira trapeziformes e as lâminas de barro em que se transformava eram lançadas sobre a superfície cônica e convexa do formal, encurvando-se. As telhas eram modeladas assim e posteriormente postas a secar na eira que previamente se varria e refrescava, tarefa denominada estada. Após secar, a telha ia ao forno, disposta em andares ou adagues, assentes sobre o crivo do forno, cuja temperatura era calculada, tapando-se posteriormente a porta e abafando-se com carvão e cacos miúdos, durante dois dias. Desenformava-se após seis dias, colocando-se as telhas em pilhas (Campos e Carvalho, 1999).

Esta organização do trabalho de barro em Bisalhães foi adoptada há já 100 anos, de acordo com Campos e Carvalho (1999, p.159), que referem que

“Depois de transportados para as eiras ou pátios, os pelões de barro são picados, amassados e deixados ao ar a secar. Quando seco, o barro é levado para as lojas ou “baixos” onde passa a ser tratado nos “pios” de granito, de forma circular. Uma vez no pio, o barro é novamente amassado e moído com um malho ou pico de pau de amieiro até ficar reduzido a pó, É este o trabalho mais ingrato, já que o finíssimo pó cobre por completo o vestuário, a face e cabelo de quem mõe o barro. Segue-se o “peneiramento”, em peneira mais ou menos grossa, de acordo com o tipo de peças a que se destina: para louça “churra”, usa-se o crivo do milho; para louça mais fina, o crivo do pão para louça “de luxo”, a peneira de seda. Depois de peneirado, o barro é amassado com as mãos, levando mais ou menos água, consoante a qualidade da louça a fabricar.”

Os mesmos autores descrevem de forma muito pormenorizada o trabalho técnico dos oleiros com o barro, em que denominam ao barro amassado com água e espremido “beloios” ou “peles” que vão directamente para a roda a fim de serem trabalhados pelo oleiro, que utiliza o “augueiro” para manter o barro e as mãos molhadas e um pano com o qual vai modelando o barro. As ferramentas que se utilizam para trabalhar o barro são a navalha e os “fanadoiros” ou espátulas de madeira de vários tamanhos, bem como uma espécie de moça, para trabalhar a peça interiormente.

Campos e Carvalho (1999) referem também que

“o oleiro começa por retirar do beloio a quantidade necessário de barro, dando-lhe a forma esférica ou cilíndrica. Atira depois o bocado para o meio do tampo da roda, achata-o e, impulsionando esta com a mão, introduz os dedos da mão esquerda na massa de barro ainda informe, amparando-a exteriormente com a mão direita e fazendo-a subir. À medida que a roda gira, o barro vai tomando forma, criando altura ou largura, consoante a peça desejada. No interior, vai-se formando uma cavidade, a partir do sítio onde o barro começou a ser escavado. Sempre com a roda a girar e com a ajuda das duas mãos, a esquerda modelando por dentro e a direita por fora, com a ajuda do fanadoiro e com a protecção do trapo, a peça vai tomando forma. Para os enfeites são usadas pequenas formas em madeira ou cana, de vários tamanhos e feitios: estrias. Cada oleiro arranja as ferramentas à sua maneira (...). Na roda o oleiro trabalha sozinho, mesmo em peças grandes (...). Depois de pronta, a peça é separada do tampo da roda utilizando a “cega”, delgado fio preso, em cada extremidade, a um trapo onde o oleiro agarra, fazendo deslizar o fio entre o barro e a roda. Depois de feitas, as peças põem-se a secar ao sol ou preferentemente à sombra, para que não rachem. Só então, depois de areadas (...), as peças são gogadas com uma pedrinha lisa.”

Os mesmos autores referem que o oleiro, sentado num banco em forma de meia-lua, debruçado sobre a roda de madeira de castanho ou negrilho e toda dentada, com “agarras” onde encosta os dedos fazendo-a girar, o oleiro ao toque do pé, vê assim iniciar-se, o lento rodopiar da sua roda cujo centro é composto por um tampo de pinho.

A roda assenta sobre 4 “pombinhas” - peças cilíndricas em pau de giesta - onde encaixam os braços da escaravelha - duas pequenas traves cruzadas e encaixadas uma na outra feitas em madeira de castanho, nogueira ou carvalho.

A cruz encaixa num eixo - o trabulo - cuja parte superior se enfia directamente na roda, enquanto a parte inferior encaixa no quiço - tábua em castanho grosso que segura o eixo, feito em pau de

oliveira, giesta ou macieira, podendo ainda ser em pedra. Nos dias que correm, o eixo desliza sobre esferas de metal colocadas na cruz, o que permite à roda atingir maior velocidade.

Das mais tradicionais às mais sofisticadas, grandes ou pequenas, os pucarinhos constituem uma obra-prima, de delicada confecção, que se pode considerar como que um grande desafio à paciência e à perfeição dos artistas.

Os pucarinhos de barro são feitos pelo oleiro, que amassa um bocado de barro, que tem de estar todo igual. Para tal a água tem que humedecer a argila de forma homogénea. A roda, essa, continua a girar. O barro é colocado no centro e os dedos do artista vão oferecendo formas à terra argilosa como que num hino à sensibilidade. Com gestos de carícias, em poucos minutos, uma peça nasce no centro da velha roda, como prova do poder escultural do oleiro. Uma arte que não se aprende nos livros, nas universidades. Uma arte valiosa posta à prova diariamente por mãos calejadas, que formam, transformam, enfim, dão vida a um pedaço de "pó" (Campos e Carvalho, 1999).

Depois de feitas, as peças são postas a secar, de preferência na sombra, para não racharem, conforme se referiu, depois serão areadas e gogadas com uma pedra lisa - o gogo, que é retirado do rio. Este trabalho compete às mulheres que impõem assim, à peça motivos decorativos conferindo-lhes um aspecto mais atraente, visto o gogo raspado no barro dar um brilho especial à peça. A este processo, segue-se a ida até ao forno (Campos e Carvalho, 1999).

A olaria de Bisalhães apresenta uma singularidade que é, nada mais nada menos, do que a cor negra das louças. O segredo está no forno e nos métodos da cozedura. O forno é um buraco aberto na terra, assemelhando-se a uma cratera, com três paredes naturais revestidas a barro e uma quarta parede de pedra, onde se situa a porta. As peças são colocadas numa grelha em ferro sobre a qual se põe a lenha a crepitar. Para que os artigos cozam totalmente, põe-se, por cima da louça, uma camada de rama de pinheiro verde a arder. Para impedir a libertação de fumos, o forno artesanal é abafado com uma camada de caruma, musgo e terra. É aqui que reside o segredo. Se não se abafasse, a louça ficava vermelha. Para o sucesso da cozedura são necessárias cerca de 24 horas e o número de fornadas por ano, varia de oleiro para oleiro. Na aldeia existem actualmente sete fornos (Campos e Carvalho, 1999).

A Bilha de Segredo é uma das peças mais antigas criada pelos oleiros de Bisalhães. Como o próprio nome indica esta pequena cântara esconde em si um truque para apanhar os mais distraídos. A Bilha apresenta um pequeno orifício na base superior, local onde devem pousar os lábios, mas possui uma série de aberturas, por onde pode passar a água. Para se conseguir beber sem nos molharmos, é necessário tapar um furo escondido por detrás da pega e sorver o líquido pelo buraco superior (Campos e Carvalho, 1999).

Reza a história que a louça preta de Bisalhães tinha como única finalidade os usos culinários. Produzia-se apenas louça "churra" que era trocada pelos oleiros na chegada do inverno, por géneros alimentares. As peças decorativas apareceram muito mais tarde, sendo as mais antigas as bilhas de segredo e de rosca e os vasos com argolas.

A venda da louça começou por ser feita de uma forma ambulante, pelas aldeias e feiras da região, sempre em família. Deixou de ser trocada por géneros e passou a uma comercialização com intervenção monetária na velha estrada do Marão, com criação de postos de venda construídos pelos próprios oleiros e, no mercado às terças e sextas-feiras. Vendas que foram aumentando e mudando de figura com o maior poder de compra das pessoas e a maior variedade e modernização dos "stocks" (Campos e Carvalho, 1999).

Para tal crescimento, valeu a divulgação dos produtos por todos quantos os adquiriam, aquando de passagem pela nossa região e também pela comunicação social. Assim sendo, pode afirmar-se que esta arte dá algum dinheiro, mas não há maneira de pôr travão à sua lenta extinção, uma vez que não há quem queira enfrentar tão árduo ofício (Campos e Carvalho, 1999).

Na olaria tudo é feito de transformações e, como não podia deixar de ser, as barracas de venda também foram mudando com os tempos. Dos postos de venda construídos por iniciativa própria na velha estrada do Marão, os Oleiros comercializam, agora a sua louça preta em barracas construídas pela Câmara de Vila Real, na Avenida da Noruega, logo à entrada do IP4 para os turistas verem. As barracas novas são de granito e vieram substituir as de madeira, pequenas mas atractivas, constituindo um bom sistema de vendas da típica louça preta de Bisalhães. O espaço das barracas foi todo ele arranjado, com muros de suporte, árvores e candeeiros, bem como seis bancos de apoio aos postos de venda (Campos e Carvalho, 1999).

De acordo com os oleiros, a venda de louça preta tem o seu momento áureo na Feira de São Pedro que todos os anos, nos dias 28 e 29 de Junho, enche o Largo da Capela Nova e a Rua Central.

1.4.3 OS OLEIROS

Conforme já foi referido, existem neste momento 4 oleiros e 1 escultor a trabalhar o barro de Bisalhães, pelo que consideramos pertinente, tendo em conta Campos e Carvalho (1999), bem como a pesquisa e entrevistas realizadas pelo NERVIR, aquando da pesquisa efectuada para a construção da página WEB sobre Bisalhães, abordar um pouco da história de cada um, de forma a entendermos o porquê de ainda se manterem a trabalhar nesta actividade artesanal, já tão votada ao esquecimento. Assim, de seguida se descrevem os oleiros de Bisalhães, com a certeza de que o presente trabalho poderá, de alguma forma, incentivar outras pessoas a procurar saber mais acerca desta arte (http://www.nervir.pt/public_html/projectos/bisalhaes/historico/raizes_olaria_06.html).

“Manuel Joaquim da Rocha Martins

Manuel Joaquim da Rocha Martins, hoje com 73 anos de idade, natural de Bisalhães, é um dos quatro oleiros persistentes em não deixar morrer a Olaria Negra de Bisalhães. É ele o mais velho de todos os oleiros que mantêm as portas abertas nos postos de venda da Avenida da Noruega. Assistiu à época em que se trocavam ainda, peças de olaria negra por comida, por exemplo por castanhas. Viu florescer a rentabilidade económica da olaria de Bisalhães e o desaparecimento de seguidores da arte ao mesmo tempo.

Concluiu a 4ª classe na escola de Mondrões com 11 anos de idade. Aprendeu os primeiros passos de como trabalhar o barro com o seu pai, tinha apenas 8 anos de idade. Um dia resolveu deixar a arte e mudar de profissão. Foi cantoneiro durante algum tempo, mas regressou não muito tempo depois, à arte que o viu nascer. Aprendeu apenas a fazer louça churra com o seu pai. Só mais tarde quando casou, é que o pai da sua mulher lhe ensinou a fazer louça fina.

Ao longo de todos estes anos inovou na criação de novas peças. Um bom exemplo disso é criação de um jarro de servir água, de linhas muito simples, com um design que rompe em algo com a tradição e se reveste timidamente de alguma modernidade.

Manuel Martins lembra-se do tempo em que a louça fina era vendida nas Pedras Salgadas, para o Museu de Vila Real, para o Turismo. Lembra-se ainda que todos os oito dias havia feira na Régua e uma vez por mês se vendia louça também numa feira na Srª do Viso, perto de Fornelos em Santa Marta de Penaguião. Afirma também que em Vila Real devido à proximidade de Bisalhães, sempre se vendeu muita louça.

A sua mulher, de nome Ermelinda Carvalho Monteiro de 63 anos de idade, é descendente dos denominados oleiros de cima do povo, ou seja, os mais inovadores e conhecedores dos segredos da louça fina. Não perde tempo em mencionar que o seu falecido pai, de nome Paulino Monteiro, foi o primeiro a ter a ideia de ir vender louça aos turistas para a estrada do Marão; que se não fosse ele a ter tido essa ideia e não o tivessem seguido os outros, já não existiriam oleiros em Bisalhães. Na sua opinião, foi isso que levou ao florescimento da rentabilidade económica da Olaria Negra.

A Sr.^a. Ermelinda nunca estudou até aos seus onze anos de idade. Aos onze foi estudar apenas porque saiu uma lei que a obrigava à escolaridade mínima obrigatória.

Ermelinda Monteiro, nunca teve aulas de desenho aplicado, mas de facto os padrões florais que imprime nas peças de barro, são de uma perfeição e beleza incríveis. Chegou mesmo a fazer um desenho para a capa de um extenso livro sobre a Olaria Negra de Bisalhães.

Quando quisermos adquirir peças com os seus desenhos, nada mais fácil do que ir à Avenida da Noruega ao posto de venda do seu marido. De certeza que seremos bem acolhidos pelo sorriso do senhor Manuel Martins que tão bem sabe receber os clientes.

Cesário da Rocha Martins

Cesário da Rocha Martins, 69 anos de idade, casado com Adurinda Martins Cigre, 71 anos de idade, é um dos 4 oleiros em actividade de Bisalhães. É irmão de um outro oleiro, Manuel Martins, mas seguiu um caminho diferente, a sua carreira profissional nem sempre esteve ligada à olaria.

Entrou na escola aos sete anos de idade e saiu aos onze com um “diploma da 4^a classe feita e com distinção!”- Gosta muito de frisar que era um bom aluno.

Cesário aprendeu a trabalhar o barro com o pai, mas o seu futuro poderia ter sido diferente. Na rua onde se faz a feira do S. Pedro em Vila Real, havia uma gráfica, e ele com dez anos de idade gostava muito de andar lá sempre metido e até já compunha as letras. Foi requisitado para aprendiz e ficou todo contente logo que soube da notícia, mas o pai recusou dizendo que primeiro ia tentar ensinar-lhe a sua arte e nasceu rapidamente mais um oleiro de Bisalhães.

Para ganhar mais dinheiro e mudar a sua vida, foi para a tropa, inscreveu-se na Guarda Nacional Republicana, a qual deixou com 54 anos. Após se ter reformado, voltou a dedicar-se à arte. Como era natural na época, ainda foi chamado para ir para os correios mas “não quis mais padrões”.

Hoje Cesário da Rocha Martins, tem o seu tempo todo dedicado ao artesanato, mais especificamente à arte que o viu nascer, a Olaria Negra de Bisalhães.

Cesário afirma veemente que isto é um passatempo para ele, porque afinal, não necessita disto para viver como os restantes colegas. A sua reforma é boa.

Mas apesar da não existência de uma necessidade monetária, a verdade é que Cesário lá vai todos os dias para a loja de Venda na Avenida da Noruega, cedida pela C.M. de Vila Real. Talvez os anos de afastamento da arte que com ele nasceu, lhe estejam gravados na memória. Nas memórias da sua infância de miúdo que via o pai e toda uma aldeia a trabalhar o barro.

A família dele, tal como a do seu irmão, sempre foi de Bisalhães, pelo menos sempre lhe disseram isso.

Cesário tem dificuldades em preparar o barro que vai à roda, para ser moldado por suas hábeis mãos e se transformar em maravilhosas peças de arte. A doença da sua mulher tem-na impedido de picar e amassar o barro. Vale-lhe de vez em quando a filha que o pica.

A clientela deste oleiro é em grande parte fixa, mas muitas vezes lá param autocarros de excursões em frente ao seu posto de venda. Também é conhecido por vender peças de barro ornamentais de grandes dimensões.

Cesário pensa que os jovens poderão ser cativados para a arte e que a introdução de inovação no processo de produção das peças, pode ser a maneira de angariar jovens para a arte da Olaria Negra de Bisalhães.

Sezislado Ramalho

O percurso de Sezislado Ramalho, é igual ao de muitos outros da sua aldeia de Bisalhães. O que o diferencia é ser um dos poucos oleiros em actividade vivos, da sua aldeia. Sezislado Ramalho, hoje com 68 anos de idade, casado com Noémia Monteiro e com filhos, persiste em continuar uma arte que lhe foi transmitida por antepassados.

Com apenas 7 anos, começou a brincar com o barro na roda do pai, quando este desta se ausentava – começava assim a formação do mestre oleiro que é hoje, Sezisnando Ramalho. O pai obrigou-o a aprender a arte e com treze anos já fazia peças de barro perfeitas. Contudo a chamada louça fina aprendeu-a ele sozinho improvisando e vendo os outros, os chamados de cima do povo, os poucos oleiros que faziam louça fina e já iam vender para o Vidago ou grandes feiras.

Tanto a família paterna como materna, tanto dela como dele, pelo menos até aos bisavôs, eram oleiros e de Bisalhães. Contudo sabem que a sua arte veio de outras paragens, nomeadamente de Quintelas, Mondrões e Vila Marim. No entanto nunca conheceram um oleiro da sua arte que não fosse natural de Bisalhães.

Para as pessoas da aldeia, estudar era difícil, pois o trabalho era duro. Ele só fez a 3ª classe com 17 anos e a 4ª com 18, à noite na escola de Mondrões. Entrou directamente para a 3ª classe. No caso dela, estudar foi complicado. Apenas ia à escola quando a deixavam, passavam-se semanas em que apenas ia um dia à escola. Ela era a mais velha, como tal tinha de ajudar a mãe a vender a louça.

Sezisnando passava os dias a trabalhar para o pai, mas este só lhe dava comida. A partir dos 14 anos, começou a ganhar algum dinheiro a trabalhar para viúvas de oleiros; ele fazia apenas as peças, elas os desenhos, o preparar do barro, a venda. Trabalhou dia e noite, mas o pouco que ganhava gastava rapidamente com os seus caprichos de juventude. Esta situação findou quando aos 24 anos se casou e passou a trabalhar por conta própria. Por volta dos seus 26 anos, resolveu ir vender a louça para a estrada do Marão. Construiu uma barraquinha de madeira, às escondidas, para onde levou a sua roda de oleiro. Ai fazia e vendia as suas peças aos turistas que passavam.

A arte de dar brilho às peças e de lhes gravar padrões decorativos é da responsabilidade das mulheres dos mestres oleiros, como manda a tradição. Noémia faz os desenhos das peças e pica o barro já lá vão muitos anos. Os belos e únicos padrões, saídos das treinadas mãos de cada mulher, embelezam as peças, ajudam a reafirmar o seu carácter único, imprimem uma marca de identidade do oleiro que lhes deu vida.

Sezisnando Ramalho foi ao longo dos anos inovando as suas criações, já teve uma peça criada por si (uma jarra), impressa numa caixa de fósforos.

Querubim Queirós da Rocha

O Sr. Querubim Queirós da Rocha, de 63 anos de idade, casado com a Sr.ª. Sílvia Capelas desde os seus 19 anos de idade, é um dos quatro oleiros em actividade da pequena aldeia de Bisalhães. A primeira imagem que nos entra na retina, é a de um homem, alto com cerca de um 1,90 metros de altura, imponente porte físico, sorridente e simpático. O Sr. Querubim viu falecer o seu pai, tinha apenas 4 anos de idade. Aprendeu a arte por volta dos dez anos, com um irmão mais velho. O seu pai, de nome João Baptista Fernandes da Rocha, era oleiro de profissão e natural de Bisalhães e a sua mãe era da zona da Bandada (Pena). Querubim tem a 4ª classe. Terminou a 3ª ainda tinha 10 anos, mas só fez a 4ª classe em adulto.

Aprendeu a fazer louça churra (utilitária) com o seu irmão, mas este “deixou a arte e foi para a guarda”. No que diz respeito à louça fina, foi o cunhado Américo Monteiro quem lhe ensinou os primeiros passos já tinha ele 21 anos.

Foi a partir desta idade que fez várias feiras em Lisboa.

Aos 15 anos de idade, Querubim vendia peças a 25 tostões a um senhor que lhas comprava e vendia na zona da Campeã. Pouco tempo depois, resolveu tentar mudar de vida e ganhar mais dinheiro. Foi para Lisboa onde trabalhou num armazém na lota (onde não lhe pagaram pelo trabalho) e na construção civil; esta aventura durou 3 meses. Regressou à sua aldeia, já com 16 anos feitos por saudades à terra. Começou então, a trabalhar para outros oleiros.

Um dia resolveu estabelecer-se por conta própria e começou a aprender por si próprio muitos dos segredos da louça fina que desconhecia. Vendia na estrada do Marão onde fez uma barraca e dois fornos. Recorda um episódio que ainda hoje se encontra bem vivo na memória, o dia em que teve um acidente com a sua carrinha e ficou 2 meses seguidos com o filho a dormir na barraca da estrada do Marão. Ficou lá para não estar a ir e vir todos os dias a pé, perdendo muito tempo de

trabalho com as viagens. A mulher levava-lhe a comida todos os dias. Além da barraquinha na estrada do Marão onde esteve muito tempo, antes de ter um posto de venda cedido pela Câmara Municipal na Avenida da Noruega em Vila Real, esteve entre outros sítios, a vender durante 3 anos junto à ponte do Rio Cabril.

A Sr.^a Sílvia Capelas, hoje com 66 anos de idade, filha de um já falecido oleiro de nome Delfim Capelas ajuda o seu marido na actividade. Descende de uma família de oleiros de Bisalhães, dos de cima do povo (os considerados antigamente mais evoluídos porque já faziam louça fina). Para além de picar o barro e de gogar as peças, é a única das mulheres dos oleiros, que tem presença assídua nas barraquinhas de venda da estrada cedidas pela C.M. de Vila Real. Isto acontece porque, Querubim é o único oleiro que trabalha a tempo inteiro na sua oficina de Bisalhães porque aí encontra melhores condições de trabalho - o espaço é mais amplo, existe maior tranquilidade e ainda tem o privilégio de receber turistas que o visitam de propósito a fim de conhecerem a sua arte, a arte de um homem que tem peças únicas e premiadas em concursos.

Hoje, Querubim Queirós da Rocha, é o oleiro mais criativo de Bisalhães. Não contente com as formas antigas, alterou-as. Não contente ainda, deu asas à sua criatividade e inventou novas formas que não saem do tradicional, mas que são únicas e de uma capacidade inovadora incrível. Hoje é visitado por clientes muito especiais, clientes que querem algo específico e que em parceria com o Sr. Querubim desenvolvem novas formas funcionais.

A lista de peças novas é infundável, até o próprio se esquece por vezes. Para além de ter feito alterações ao tamanho das peças, este adepto da inovação gosta de fazer experiências. Já experimentou diferentes tipos de barro e espera ainda ver uma maior introdução da tecnologia no processo de moagem e cozedura do barro. Fez guarda chuveiros, bacias de lavar a cara, potes de cozer a sopa, tudo a imitar as peças existentes em ferro, “afinal se existia em ferro porque não em barro”. Também elaborou jarras, canecas e pratos com influências do médio oriente, entre outras coisas.

Um dia chegou mesmo a inventar um cinzeiro que fuma. “Tudo surgiu de uma zanga com rivais”. Para os assustar ou mostrar o seu desagrado, construiu duas grandes máscaras com a boca aberta, os olhos arregalados e dentes de meter medo. A inspiração veio do Halloween, onde se coloca uma abóbora oca com uma vela dentro. Hoje, essa peça é elaborada em tamanho pequeno e serve de cinzeiro. Quando o cigarro está a descansar sobre o cinzeiro, este fuma pelos olhos e quando é retirado, a máscara fuma pela sua grande boca aberta.

Outra das suas inovações foi um sistema de fazer mover a roda de oleiro que utiliza um trambul, esquiço e esferas. Este sistema é mais seguro para utilizar a roda em sítios em que as condições de trabalho são mais adversas, como em feiras ou em cima de uma carrinha de caixa aberta, para além disto, exige menos esforço físico para a fazer rodar.

Querubim, tem hoje um colaborador que lhe faz a maior parte da louça churra, deixando-lhe tempo para criar a sua louça fina de rara beleza. Nunca se sabe qual será a próxima invenção do Sr. Querubim, mas aguardamos com curiosidade.

Albano Pinto Carvalho

Albano Pinto Carvalho, o já famoso escultor de Barro Negro de Bisalhães, hoje com 70 anos de idade, é um homem de expressão facial alegre e simpática.

Senhor de um espírito jovial invejável, nasceu em Bisalhães no seio de uma família pouco comum. O Sr. Albano não tem tradição oleira nos seus antepassados, raridade na aldeia, porque em Bisalhães existiam somente, umas 3 ou 4 famílias que não se dedicavam à olaria como modo de vida. (O número de oleiros em Bisalhães há 50 anos atrás rondava os 60).

O Sr. Albano concluiu a 4^a classe com onze anos na escola primária de Mondrões, ingressou aos dezassete anos de idade, na dura arte de trabalhar a pedra, arte que o senhor Albano executava com primor e gosto. Pedreiro de profissão, aos 30 anos, ao ver florescer a rentabilidade económica das peças de olaria negra, que começavam a ser vendidas aos turistas na estrada do Marão a bom preço, resolveu começar a trabalhar o barro mas sem a ajuda de uma roda.

A única ferramenta que utiliza é uma navalha e as suas hábeis mãos. Tornou-se escultor; escultor de barro negro, provavelmente o único no mundo.

O grande objectivo do Sr. Albano, era o de ganhar dinheiro extra. De facto, só abandonou a arte de trabalhar a pedra para se dedicar em exclusivo às suas singulares obras de arte, há doze anos atrás, fruto da queda de uma pedra que lhe partiu uma perna e o impossibilitou de continuar a profissão.

No início, começou a fazer esculturas e dava-as, entre outros, a oleiros que as vendiam na estrada do Marão. Mais tarde, já dedicado a esta arte em exclusivo, e mais recentemente com um lugar de venda à beira da estrada, oferecido pela C.M. de Vila Real, passou ele a vender as peças e a ir a feiras como Fafe ou Gondomar.

Contudo, hoje em dia, se nos deslocarmos à sua barraquinha onde vende as suas peças, na Avenida da Noruega em Vila Real, é provável que ele não se encontre por lá. As suas peças poderão no entanto, ser adquiridas, junto da Sr.ª Sílvia Capelas, na barraquinha do lado. É frequente tal acontecer, porque o Sr. Albano prefere criar e elaborar as suas esculturas de barro, na sua pequena quinta produtora de milho, em Bisalhães.

Este jovem de 70 anos, continua a criar peças e inovar constantemente, tentando descobrir variantes no processo de cozedura, de modo a obter peças de excelente qualidade, sem as características manchas de barro, ou “torções” resultantes da cozedura. Mas, para além disto, a sua mente fervilha de ideias novas, de criar, modificar as suas peças constantemente. Algumas das suas peças mais exemplificativas são, os Cristos crucificados, os Santos - principalmente S. António, os diabos, as bruxas, cinzeiros, passarinhos e as originais canecas gravadas com caras, todas elas, fruto da sua imaginação.

Este escultor é um inovador nato, cada peça que produz é única e possui um traço singular de grande expressividade artística. Neste momento encontra-se a desenvolver presépios e até quadros em barro, mas já fez, a última Ceia de Cristo com diabos. Hoje é frequente chegarem encomendas ao Sr. Albano de variada natureza, desde alguém que lhe pede para fazer a serra do Marão em barro sem dar mais instruções, ou uma joalharia que lhe pede para fazer um molde para uma medalha de um dado tamanho e deixa o desenho ao seu gosto. O Sr. Albano, se vir uma fotografia, é capaz de a reproduzir fielmente em barro, mas prefere sempre alterar algo, para deixar a sua marca.

Neste momento o Sr. Albano está a aprender a arte da olaria e da cestaria, o que demonstra o seu carácter dinâmico e a sua persistência e atitude perante a vida, mas também a sua jovialidade aos setenta anos de idade.

A arte do Sr. Albano não será esquecida. O seu filho, que quase sempre o acompanha às exposições, é o seu maior admirador mas também perpetuador da sua obra. Na realidade o filho deste escultor, de nome Tito, faz já algum tempo, elabora obras artísticas em barro negro, semelhantes às do pai. Porém, ainda não se dedicou a tempo inteiro a esta arte, mas promete que o dia há-de chegar.”

De seguida se descreve o Agrupamento de Escolas Monsenhor Jerónimo de Amaral, com alguns dos itens que consideramos mais relevantes, para o presente trabalho.

1.5 AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MONSENHOR JERÓNIMO DE AMARAL

Segundo a Carta Educativa de Vila Real (2007), o Agrupamento Vertical de Escolas Monsenhor Jerónimo de Amaral “incorpora 48% dos equipamentos colectivos de ensino alvo de agrupamento e é

responsável pela escolarização da maior porção de população escolar de Vila Real”, à data de 2005/06 (p. 57, vol. I).

O Agrupamento é de gestão difícil, visto o número de estabelecimentos ser elevado (43) e estarem dispersos por uma grande área geográfica.

A distribuição geográfica dos estabelecimentos de ensino (Jardins-de-Infância e EB 1) na área de influência do Agrupamento foi traduzida na tabela 2, com a indicação das distâncias quilométricas e dos tempos de viagem à Escola Sede. Da análise da tabela é de referir que aproximadamente 1/3 desses estabelecimentos se encontram a mais de 10km de distância, com tempos de percurso iguais ou superiores a vinte minutos. Esta circunstância inibe ou dificulta o trabalho de parceria.

	Freguesia	Lugar	Estab. de ensino	Km*	Tempo (minutos)*	
					min	max
1	Abaças	Abaças	JVEB1	16,00	19	24
2	Andrães	Andrães	JVEB1	7,00	11	16
		São Cibrão	JVEB1	9,50	12	17
3	Arroios	Tomeiros	JVEB1	2,00	3	8
4	Constantim	Constantim	JVEB1	4,80	7	12
5	Ermida					
6	Folhadela	Folhadela	EB1	2,80	5	10
		Vila Nova	JVEB1	3,50	6	11
		Sabroso	JVEB1	6,00	9	14
7	Guiães	Guiães	JVEB1	15,90	19	24
8	Justes					
9	Lamares	Lamares	JVEB1	11,90	16	21
10	Mateus	Mateus	JVEB1	2,30	4	9
11	Mouços	Bouça	JVEB1	4,80	9	14
		Ponte	JVEB1	4,70	9	14
		Sanguinhedo	JVEB1	8,40	12	17
		Srª da Pena	JVEB1	5,70	8	13
		Sigarrosa	Jl	6,60	11	16
12	Nogueira	Nogueira	JVEB1	12,20	15	20
13	S. Tomé	Fortunho	EB1	9,90	15	20
14		Vila Meã	JVEB1	11,70	16	21
15	S. Pedro	Vila Real n.º 7	JVEB1	0,70	2	5
16	Vale de Nogueiras	Carvas	Jl	8,50	12	17
		Vale de Nogueiras	EB1	7,00	10	15

* dados obtidos no google maps

Tabela 2 – Distâncias quilométricas e tempos de viagem da escola sede a cada uma das freguesias da área de influência do Agrupamento

O Agrupamento presta serviço educativo à população de 17 freguesias, num total de 20.972 habitantes, o que representa 42% da população total do concelho (49.957 habitantes). Na tabela 3 é possível identificar a importância dos vários grupos etários, por freguesia, no total da população residente na área de influência do Agrupamento e por sua vez no concelho de Vila Real. Os dados desta tabela, em associação com os da tabela 2, constituem importantes indicadores de gestão.

Freguesia	População residente	GRUPOS ETÁRIOS							
		0-14		15-24		25-64		65 ou mais	
Vila Real	49957	8075	16,16%	7516	15,04%	26621	53,31%	7735	15,48%
Abaças	1074	141	13,13%	170	15,83%	506	47,11%	257	23,93%
Adoufe	2067	364	17,61%	333	16,11%	1060	51,28%	310	15,00%
Andraes	1511	249	16,48%	224	14,82%	755	49,97%	283	18,73%
Arroios	955	167	17,49%	152	15,92%	520	54,45%	116	12,15%
Borbela	2557	423	16,54%	363	14,20%	1416	55,38%	355	13,88%
Campeã	1627	222	13,64%	207	12,72%	786	48,31%	412	25,32%
Constantim	871	159	18,37%	156	16,07%	522	53,76%	134	13,80%
Ernida	548	76	13,92%	80	14,65%	280	51,28%	110	20,15%
Forhadela	1897	288	15,18%	259	13,65%	1002	52,82%	348	18,34%
Guães	585	100	17,09%	99	16,92%	281	48,03%	105	17,95%
Justes	432	43	9,95%	50	11,57%	210	48,61%	129	29,86%
Lamareis	419	49	11,69%	69	16,47%	222	52,98%	79	18,85%
Lamas de Cio	177	21	11,86%	29	16,38%	78	44,07%	49	27,68%
Lordelo	2886	542	18,78%	504	17,46%	1534	53,15%	306	10,60%
Maleus	2545	486	19,10%	324	12,73%	1461	57,41%	274	10,77%
Mondrões	1159	197	17,00%	165	14,24%	587	50,65%	210	18,12%
Mouços	2906	471	16,21%	485	16,69%	1493	51,38%	457	15,73%
Nogueira	708	113	15,96%	108	15,25%	348	49,15%	139	19,63%
Vila Real (N. Sr da Conceição)	7846	1376	17,54%	1072	13,66%	4588	58,60%	800	10,20%
Parada de Cunhos	1789	332	18,56%	246	13,75%	992	55,45%	219	12,24%
Pena	540	77	14,26%	86	15,93%	268	49,63%	109	20,19%
Quintá	148	27	18,24%	12	8,11%	80	54,05%	29	19,59%
Vila Real (São Dinis)	3870	618	15,97%	609	15,74%	2112	54,57%	531	13,72%
Vila Real (São Pedro)	4422	502	11,35%	730	16,51%	2372	53,64%	818	18,50%
São Tomé do Castelo	990	135	13,64%	144	14,55%	464	46,87%	247	24,95%
Torgueda	1583	259	16,36%	254	16,05%	804	50,79%	266	16,80%
Vale de Nogueiras	1011	183	18,10%	150	14,84%	478	47,28%	200	19,78%
Vila Cova	239	25	10,46%	36	15,06%	111	46,44%	67	28,03%
Vila Manim	1690	282	16,69%	265	15,69%	910	53,85%	233	13,79%
Vilinho de Samardá	807	148	18,34%	135	16,73%	381	47,21%	143	17,72%
População total no agrupamento	20972	3162	15,08%	3200	15,26%	10914	52,04%	3696	17,62%
População total no concelho	49957								

Tabela 3 - População residente e grupos etários das freguesias da área de influência do Agrupamento (INE, 2001)

O Agrupamento englobava, à data de Setembro de 2008, um universo de 1712 alunos, 169 docentes e 49 funcionários, conforme tabela 4.

	Ensino pré-escolar	Ensino Básico			Total
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
Alunos	387	701	323	298	1712
Pessoal docente	26	72		71	169
Pessoal não docente	21	12		40	73

Tabela 4 - Número de alunos, docentes e não docentes do Agrupamento (Setembro de 2008)

Analisando os dados disponíveis na Tabela 5, onde se encontra o número de alunos por nível de ensino desde a constituição do Agrupamento em 2003/04, podemos verificar que a população escolar tem vindo a diminuir ligeiramente de ano para ano.

Ciclo de Escolaridade	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/08	2008/09
Pré-escolar	339	370	393	372	375	387
1º ciclo	858	814	763	742	747	701
EBM	19					
2º ciclo	379	385	402	411	391	323
3º ciclo	300	268	241	225	235	298
Total	1895	1806	1799	1750	1748	1712

Tabela 5 - Número de alunos que frequentaram o Agrupamento de 2003/04 a 2008/09

No presente ano lectivo a Escola tem 203 docentes, em que 103 exercem as suas funções na sede e 74 nas escolas do 1º ciclo e 26 educadoras nos jardins-de-infância. Os alunos são no total 1690, 588 a frequentar a escola sede e em que 356 frequentam a pré escola, 746 frequentam o 1º ciclo, 294 frequentam o 2º, 226 frequentam o 3º e 68 frequentam os CEF's.

A Escola EB 2/3 Monsenhor Jerónimo do Amaral é constituída por 4 pavilhões (A, B, C e D) e instalações desportivas, descritos na tabela 6.

	Salas de aula	Laboratório de físico-química	Salas Específicas							Arrecadações	Instalações sanitárias
			Educação visual	Educação tecnológica	Educação visual e tecnológica	Educação musical	Matemática	Ciências da Natureza/ Naturais	Informática		
Pavilhão B	7	1	1	1	-	1	1	-	-	Sim	Sim
Pavilhão C	8	-	-	-	2	-	1	2	1	Sim	Sim
Pavilhão A	Secretaria SASE Reprografia Gabinete de directores de turma Sala de professores		Gabinete do conselho executivo Biblioteca "Espaço Culturalmente" Sala multiuso Auditório "Via Láctea" Instalações sanitárias								
Pavilhão D	Papeleria Bar Arrumos do bar Cozinha Arrumos da cozinha Refeitório		Sala de apoio a alunos com necessidades educativas especiais Gabinete de SPO e PES Gabinete do chefe do pessoal auxiliar Instalações sanitárias								
Instalações desportivas: Pavilhão desportivo Campo exterior	Ginásio Gabinete de professores Balneários		"Ferramenteiro" Arrumos de materiais Espaço para lavagem de equipamentos Instalações sanitárias								

Tabela 6 - Instalações da escola sede do Agrupamento (2008)

Os edifícios estão bem conservados e valorizados esteticamente, contudo não estão adaptados para as diferenças de temperatura que se fazem sentir nesta região, revelando-se o aquecimento insuficiente no Inverno e não existindo refrigeração no Verão.

A capacidade física da escola sede é considerada insuficiente para responder às exigências/necessidades da comunidade que serve e à nova realidade dos agrupamentos verticais.

Além de salas de aula, algumas específicas como a de Educação Tecnológica, faltam, nomeadamente, gabinetes de coordenação de Departamentos Curriculares, espaços para estudo, apoios, actividades de complemento curricular e extracurriculares, redacção do jornal, expurgo e reparação de livros, câmara escura, ludoteca, sala para reuniões de trabalho e sala para reuniões gerais de todo o Agrupamento, áreas de arrumação/ arquivo e gabinetes de trabalho para os docentes, um espaço para colocar os cacifos dos alunos, sala de alunos, sala de exposições e ausência de condições de acessibilidade para alunos deficientes motores para os pisos superiores dos pavilhões e para alguns espaços de recreio coberto.

A falta de salas condiciona fortemente a distribuição das actividades lectivas e a construção dos horários das turmas e actividades de complemento curricular e extracurriculares e apoios/estudo.

Os docentes têm ao seu dispor materiais em suporte multimédia que não conseguem utilizar regularmente na sua prática lectiva por falta de equipamento informático e condições de luminosidade adequadas à projecção.

Na maioria das salas, porque os quadros estão mal colocados, a luminosidade em certas horas do dia impede a total visibilidade para os quadros e obriga à movimentação e à sua aglomeração para certas zonas das salas. Os estores existentes não se revelam capazes de colmatar este problema.

Relativamente às salas de Educação Visual e Tecnológica, existe a sala nº 13 – Localizada no 1º piso do pavilhão C (escola sede), com 64,3m², com boas condições de iluminação e arejamento proporcionado por seis amplas janelas e dotada de seis pontos de luz artificial.

O pavimento revestido a tijoleira com superfície lavável, as paredes pintadas com tintas plásticas e tecto revestido a corticite prensada. Como equipamento tem dois quadros de parede, um tradicional e outro em fibra e três lavatórios fixos com banca.

O sistema de aquecimento eléctrico, está completamente degradado e sem funcionalidade. Possui três pontos de tomada de corrente. O mobiliário é composto por quatro bancadas de carpinteiro em mau estado de conservação, oito mesas rectangulares para trabalho e vinte e oito cadeiras a necessitarem de substituição. Uma mesa serve de secretária do professor e dois bancos altos. Completa o mobiliário da sala, alguns armários destinados a arrumação de equipamentos específicos da disciplina de EVT, arrumação de material utilizado no trabalho das aulas e também os trabalhos dos alunos. Duas prateleiras amovíveis e uma mesa lateral funcionam como mobiliário de apoio.

Em conclusão, consideramos que o espaço útil disponível na sala ao trabalho da aula é bastante penalizado pela acumulação de mobiliário, em parte, devido ao facto de não existirem espaços anexos amplos destinados à arrumação de materiais e outros equipamentos.

A sala nº 14 – Localizada no 1º piso do pavilhão C (escola sede), com 85m², com boas condições de iluminação e arejamento proporcionado por sete amplas janelas e dotada de oito pontos de luz artificial. O pavimento revestido a tijoleira com superfície lavável, as paredes pintadas com tintas plásticas e tecto revestido a corticite prensada.

O sistema de aquecimento eléctrico, está completamente degradado e com funcionalidade muito deficiente. O equipamento é composto por dois quadros de parede tradicionais e dois lavatórios fixos com banca. Duas muflas (fornos eléctricos) de média dimensão para cozedura de trabalhos em barro, estando uma delas inoperacional. Uma pequena mufla de esmaltagem e uma roda de oleiro completam o equipamento.

O mobiliário é composto por três bancadas de carpinteiro em mau estado de conservação, quinze mesas de formato rectangular para trabalho dos alunos servidas por trinta cadeiras. Uma mesa serve de secretária do professor e dois bancos altos. Completam o mobiliário da sala, alguns armários destinados a arrumação de equipamentos específicos da disciplina de EVT, uma estante composta por quatro módulos e dois pequenos armários destinados à arrumação de material utilizado no trabalho das aulas e também os trabalhos dos alunos. É uma sala ampla e com condições de espaço adequado ao

desenvolvimento das aulas. O excesso de mobiliário penaliza a funcionalidade, mas tal é devido, à insuficiência de espaços anexos destinados à arrumação de materiais e equipamentos.

Existe ainda um espaço anexo para arrecadação que é um espaço contíguo e que serve de ligação entre as salas 13 e 14 com a função de espaço de arrumação. Possui 8,30 m², dotado de uma janela e ponto de iluminação artificial.

Dadas as suas reduzidas dimensões está totalmente ocupado com armários destinados a arrumação de materiais destinados ao trabalho das aulas.

Existe também uma sala apenas para Educação Visual que é a sala nº 1 – Sala com 63 m², localizada no 1º piso do pavilhão B (escola sede). Possui boas condições de iluminação e arejamento, o pavimento é revestido a linóleo, as paredes são rebocadas e pintadas com partes revestidas em azulejo, e o tecto é revestido a corticite com 4 pontos de luz. Como equipamento fixo tem dois lavatórios, 1 quadro de parede tradicional e um quadro de material de desenho geométrico incompleto.

Além da mesa do professor, possui mesas com tampo inclinado (mesa estirador pequena) e cadeiras rotativas e adaptáveis à altura dos alunos. Existe um espaço anexo, com 11m², com a função de arrumação de materiais, o qual possui um lavatório, estantes para secagem, 2 papeleiras e armários fechados.

Para turmas de 25 alunos a sala é pequena e não tem condições para receber alunos com deficiências motoras, pois os espaços de circulação são estreitos. O sistema de aquecimento existente está completamente degradado e ultrapassado. As mesas aparecem frequentemente riscadas e os estores interiores estão irrecuperáveis. A sala também é utilizada noutras disciplinas, devido à falta de espaços.

As necessidades encontradas pelo Agrupamento dizem respeito à urgência em aplicar persianas exteriores para permitir anular a luminosidade quando necessário projectar imagens, adquirir um projector multimédia, uma mesa de luz, dois computadores com scanner e impressora, para além de ser necessário reforçar a limpeza, tanto do chão como dos parapeitos e janelas.

Sem o material informático indicado não é possível realizar trabalhos explorando a vertente de desenho por computador. Foi retirado o laboratório de fotografia que existia na actual arrecadação de Educação Musical, passando para o 1º andar do pavilhão A, anexo ao auditório. Actualmente foi desactivado, no entanto a fotografia é uma das técnicas facultativas que os docentes deveriam desenvolver com os alunos tanto em Educação Visual, como em EVT.

Realizam-se, frequentemente, trabalhos em que o recurso a transparências é absolutamente necessário para fazer repetições. As mesas de trabalho têm um tampo muito pequeno, não permitindo desenvolver trabalho em grandes formatos.

A escola investiu, durante anos, em dar visibilidade ao trabalho dos pequenos artistas que aqui se foram formando, tentando converter o espaço-escola num espaço onde “fosse agradável habitar” e que fosse importante respeitar. O antigo departamento de Expressões teve um anexo à página electrónica da escola “Artécnica do Jerónimo”. Actualmente, o Agrupamento possui dois espaços na Internet onde são publicados regularmente os trabalhos plásticos dos alunos - Risk@rte e VISUALMIX.

A escola sede foi empreendedora na remodelação do seu espaço físico para enfrentar novos desafios – Auditório Via Láctea, conversão da biblioteca em BE/CRE (biblioteca escolar/centro de recursos educativos), sala de TICs, refeitório, serviços administrativos segundo o modelo “Espaço aberto e sem barreiras” e reorganização de todo o seu espaço exterior.

De facto, vinte e quatro anos após a sua inauguração, é evidente a transformação e criação de novos espaços exteriores, com zonas verdes e estruturas fixas de recreio e lazer, para além das remodelações a nível arquitectónico, proporcionando a toda a comunidade escolar um ambiente agradável e apetecível, que são hoje uma referência a nível local e nacional.

Conta-se com os espaços: entrada/ relógio de sol, pátios, jardim futurista, espaço de jogos tradicionais, brincológico, labirinto vegetal, campo de jogos, recreio coberto e dois recreios com mesas de pingue-pongue.

A escola sede possui como seu património diversos trabalhos artísticos construídos, salientando-se os painéis de azulejos de dois grandes pintores nacionais, Emerenciano e Graça Morais, e diversos vitrais que constituem o cartão-de-visita da escola, registados em vídeo "Voo sobre Azul". Quatro inaugurações merecem destaque: Painel Graça Morais, Painel Emerenciano, Painel Educar para a Paz e Auditório Via Láctea. Esta escola pode orgulhar-se de ter ganho quatro vezes as candidaturas de valorização estética a nível nacional, num período de três anos. Usufruiu também do apoio no âmbito LIDER + com dois projectos.

Embora tenha os projectos referidos em curso, nos quais participa activamente o Agrupamento Vertical de Escolas Monsenhor Jerónimo de Amaral e os objectivos do projecto educativo passem pela defesa, preservação e valorização do património nacional, local e da escola; pela valorização do papel da escola no meio; pela contextualização do ensino com as actividades económicas, sociais e culturais da região e pela articulação entre a cultura escolar e a cultura familiar, realçamos que não existe nenhum tipo de actividade que se relacione com a valorização do artesanato de Bisalhães, isto é, do artesanato local, reconhecido nacional e mundialmente, de forma a dar a conhecer as suas características, a sua importância cultural, social e económica, com o objectivo de preservar esta arte e aumentar os seus artífices.

Assim consideramos de extrema importância abordar este tema, no sentido de alertar e sensibilizar os jovens e docentes do Agrupamento para o facto de o artesanato de Bisalhães, dentro de poucos anos, deixar de existir, caso não sejam preservados os conhecimentos, as técnicas e métodos de fabrico desta arte secular.

Tendo em conta o exposto, foi identificado o problema de investigação que se relaciona com o conhecimento acerca do artesanato de Bisalhães e com a sua preservação, pelos docentes e alunos do Agrupamento Vertical de Escolas Monsenhor Jerónimo de Amaral. Consideramos este tema bastante importante, pois que um dos objectivos do Agrupamento, conforme já se referiu, prende-se com a preservação e valorização do património nacional, local e da escola.

Para o presente estudo foi necessário definir variáveis e que nos baseamos para poder construir as hipóteses a validar. Assim, segundo Lakatos e Marconi (2007, p. 45):

“uma variável pode ser considerada uma classificação ou medida; uma quantidade que varia; um conceito operacional que contém ou apresenta valores, aspecto, propriedade ou factor, discernível e um objecto de estudo passível de mensuração”.

As variáveis que são incluídas num estudo, devem ser consideradas e controladas, para impedir o risco de invalidar a pesquisa. Todas as variáveis devem ser isoladas, para se poder conceptualizar e operacionalizar.

A variável independente mantém-se por si própria, ou seja, não depende de outra variável, no entanto, pode ser manipulada pelo investigador. Esta variável é a causa e geralmente aparece em primeiro lugar na hipótese. A variável independente para além de influenciar a variável dependente, serve também para caracterizar a população em estudo.

Segundo Lakatos e Marconi (2007, p. 57):

“é aquela que influencia, determina ou afecta uma outra variável: é o factor determinante, condição ou causa para certo resultado, efeito ou consequência; é o factor manipulado pelo investigador, na sua tentativa de assegurar a relação do facto com um fenómeno observado, para ver que influência exerce sobre um possível resultado”.

Neste trabalho de investigação as variáveis independentes a considerar são: Sexo; Idade; Habilitações literárias; Local de residência no questionário aplicado aos alunos; assim como Sexo, Idade, Habilitações literárias; Área que lecciona; Tempo de serviço, no questionário aplicado aos docentes.

Variável dependente

A variável dependente não pode existir só por si, ou seja, está sempre sujeita a outra variável, variando pela acção da variável independente.

Esta variável é o efeito e aparece geralmente em segundo lugar na hipótese. É o que o investigador pretende investigar.

Para Lakatos e Marconi (2007, p. 78) variável dependente:

“consiste naqueles valores (fenómenos, factos) a serem explicados ou descobertos, em virtude de serem influenciados, determinados ou afectados pela variável independente; é o facto que aparece, desaparece ou varia à medida que o investigador introduz, tira ou modifica a variável independente; a propriedade ou factor que é efeito, resultado, consequência ou resposta a algo que foi manipulado (variável independente)”.

No presente estudo a variável dependente será o conhecimento e preservação do artesanato de Bisalhães.

A recolha de informação é crucial para a realização de qualquer trabalho de investigação. O instrumento de recolha de dados é um meio de pesquisa utilizado pelo investigador para proceder à recolha de informação útil, na amostra seleccionada. Essa informação é posteriormente submetida a tratamento estatístico, que nos permite avaliar as características da população, tendo sempre em conta a pergunta de partida, as hipóteses e a fundamentação teórica.

Neste estudo, o instrumento seleccionado para efectuar a colheita de dados foi um questionário onde se caracteriza sócio-demograficamente a amostra e se incluem questões acerca do artesanato de Bisalhães, dos conhecimentos acerca deste artesanato e se este conhecimento se relaciona com a preservação das peças (Anexo A).

Para a escolha deste instrumento foi tida em conta a dimensão e as características da população. Esta opção pelo questionário tem vantagens como o pouco dispêndio de tempo na entrega e na obtenção das respostas, a possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados, possibilita uma maior representatividade do conjunto dos entrevistados, não precisa da presença da investigadora.

Depois de redigido, o questionário precisa de ser testado antes da sua utilização definitiva. Assim, para averiguar a validade do instrumento de recolha de dados, é necessário proceder primeiro ao pré-teste.

O pré-teste permite evidenciar possíveis falhas existentes nas questões, avaliando a eficácia e a pertinência do questionário. O pré-teste deste estudo foi aplicado a uma população com características semelhantes à da população-alvo, a cinco alunos e cinco docentes escolhidos aleatoriamente mas que não faziam parte da população-alvo.

Durante o pré-teste foi definido o tempo de resposta ao questionário, 15 minutos, depois de explicado aos alunos e docentes, não houve qualquer dúvida da parte destes sendo que não existiu a necessidade de alterar, reformular ou excluir qualquer uma das questões, “considerando-se assim válido o instrumento de recolha de dados”.

Para analisar o nível de conhecimentos dos alunos, foram definidas as seguintes hipóteses:

Ha1 – Existe relação entre o género dos alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ho1 - Não existe relação entre o género dos alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ha2 – Existe relação entre a idade dos alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ho2 – Não existe relação entre a idade dos alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ha3 – Existe relação entre as habilitações literárias dos alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ho3 – Não existe relação entre as habilitações literárias dos alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ha4 – Existe relação entre o local onde residem os alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ho4 – Não existe relação entre o local onde residem os alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ha5 – Existe relação entre o nível de conhecimentos dos alunos sobre o artesanato de Bisalhães e a sua opinião acerca da preservação desta arte.

Ho5 – Não existe relação entre o nível de conhecimentos dos alunos sobre o artesanato de Bisalhães e a sua opinião acerca da preservação desta arte.

Foram também definidas as seguintes hipóteses para os docentes:

Ha1 – Existe relação entre o género dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ho1 - Não existe relação entre o género dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ha2 – Existe relação entre a idade dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ho2 – Não existe relação entre a idade dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ha3 – Existe relação entre as habilitações literárias dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ho3 – Não existe relação entre as habilitações literárias dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ha4 – Existe relação entre a área que leccionam os professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ho4 – Não existe relação entre a área que leccionam os professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ha5 – Existe relação entre o tempo de serviço dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ho5 – Não existe relação entre o tempo de serviço dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ha6 – Existe relação entre o nível de conhecimentos dos professores sobre o artesanato de Bisalhães e a sua opinião acerca da preservação desta arte.

Ho6 – Não existe relação entre o nível de conhecimentos dos professores sobre o artesanato de Bisalhães e a sua opinião acerca da preservação desta arte.

2 METODOLOGIA

A investigação é a perda angular de todas as ciências, e se os factos que servem de base ao raciocínio, estão mal estabelecidos, ou errados, tudo desabarará ou tudo se tornará falso (Fortin, 2000). O termo metodologia significa o modo como se organiza um trabalho em função dos objectivos que se pretende atingir, é um conjunto de passos a percorrer e dos meios que conduzem aos resultados (Lakatos e Marconi, 2007).

A investigação científica deve representar um passo em frente numa área específica de conhecimento levando ao desenvolvimento da ciência, ao avanço de toda a profissão e, em última análise ao conhecimento humano (Lakatos e Marconi, 2007).

Para este trabalho de investigação optou-se pelo estudo descritivo, exploratório e transversal, uma vez que tem como objectivo descrever e explicar num determinado momento os fenómenos, observar, registar, analisar e correlacionar os factos sem os manipular.

Segundo Gil (1995, citado por Lakatos e Marconi, 2007) a pesquisa descritiva tem como objectivo principal a descrição das características de determinada população ou fenómeno, ou estabelecimento de relações entre as variáveis.

Para Fortin (1999) os estudos descritivos fornecem uma descrição dos dados, sob a forma de palavras, de números ou de enunciados descritivos de relações entre as variáveis.

Quanto ao tempo que decorrerá, será uma investigação transversal, já que a recolha de dados se realizará num único momento para cada um dos sujeitos (Quivy, 1992).

2.1 PARTICIPANTES

Para a realização de um estudo é necessário escolher um determinado universo ou população de elementos onde a investigadora possa testar as suas hipóteses e confirmar, ou não, a relação que estabelece entre as variáveis.

Assim, a população é o termo que designa todos os indivíduos que pertencem a um dado grupo, que para o presente estudo são os docentes e alunos do Agrupamento Vertical de Escolas Monsenhor Jerónimo de Amaral.

A amostra seleccionada para este estudo é constituída por 30 docentes e 30 alunos do Agrupamento, que aceitaram fazer parte do estudo e que foram escolhidos aleatoriamente. Como critérios de inclusão consideramos os docentes que se encontravam presentes na escola aquando da entrega dos questionários, de 10 a 20 de Junho de 2010, bem como os alunos do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico, que se encontravam nas salas de aula, aquando da entrega dos referidos questionários. Da mesma forma, foram apenas considerados os questionários integralmente preenchidos.

2.2 PROCEDIMENTOS

Aquando da entrega dos questionários, os mesmos foram entregues em contexto de sala de aula, explicados e aguardaram-se alguns minutos de leitura dos alunos, para esclarecer qualquer tipo de dúvida. A investigadora esteve na sala aproximadamente 10 minutos, para a entrega, explicação e esclarecimento de dúvidas dos alunos. Relativamente aos docentes, o investigador deixou os

questionários na sala de professores, com uma chamada de atenção para a rapidez de resposta e posterior entrega.

A recolha dos questionários aplicados aos alunos foi feita no final da aula em que os mesmos foram entregues.

Foi solicitada antecipadamente, autorização ao Conselho Executivo do Agrupamento para a aplicação do questionário, que foi deferida verbalmente, após explicação acerca do objectivo do estudo e da forma como seria aplicado o questionário, ressaltando a salvaguarda do sigilo e cumprindo as normas deontológicas.

Relativamente ao questionário foi dividido em duas partes, uma primeira parte onde se definiam as características sócio-demográficas da amostra e uma segunda parte onde se elaboraram questões fechadas e abertas e uma escala de Likert, em algumas questões, em que o item Muito bem correspondia a um *score* de 4 pontos, o item Bem correspondia a um *score* de 3 pontos, o item Razoavelmente correspondia a um *score* de 2 pontos e o item Nada correspondia a um *score* de 1 ponto.

As questões relacionadas com o nível de conhecimentos serão a questão 1, 2 e 3 e as questões relacionadas com a preservação serão a questão 5, 6 e 7 em ambos os questionários. De realçar que o questionário dos docentes têm também uma questão aberta que será analisada relacionando-a com a questão “Área disciplinar que lecciona” de forma a podermos verificar se existe algum tipo de diferença de opiniões, tendo em conta as respectivas áreas de trabalho, acerca de sugestões que os docentes podem ter dado no sentido de sensibilizar os alunos para a preservação do artesanato de Bisalhães.

De seguida, será feita a análise e interpretação dos dados recolhidos, a caracterização gráfica da amostra em estudo e a discussão de resultados, com a respectiva análise das hipóteses inicialmente definidas.

2.3 RESULTADOS

Depois de validada e recolhida a informação dos questionários para uma base de dados desenvolvida para o devido efeito no SPSS (Statistical Package for Social Sciences), de seguida descrevemos os resultados obtidos acerca da caracterização da amostra. A primeira análise foi efectuada à amostra de alunos e a segunda análise foi efectuada à amostra de docentes.

Tabela 7 – Distribuição dos inquiridos segundo o Género		
	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
Feminino	20	66,7
Masculino	10	33,3
Total	30	100,0

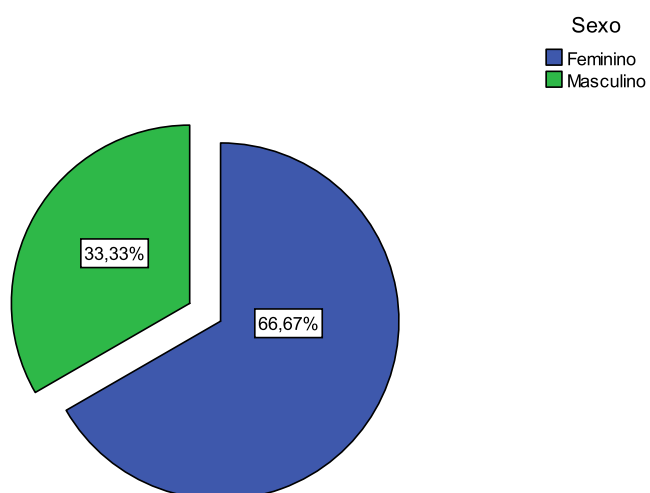


Gráfico 1 – Distribuição dos inquiridos segundo o Género

No que diz respeito ao género dos alunos inquiridos verifica-se que a maioria, 66,7%, são do género feminino e 33,3% pertencem ao género masculino.

Tabela 8 – Distribuição dos inquiridos segundo a Idade

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
9 anos	9	30,0
10 anos	6	20,0
11 anos	6	20,0
12 anos	7	23,3
13 anos	1	3,3
14 anos	1	3,3
Total	30	100,0

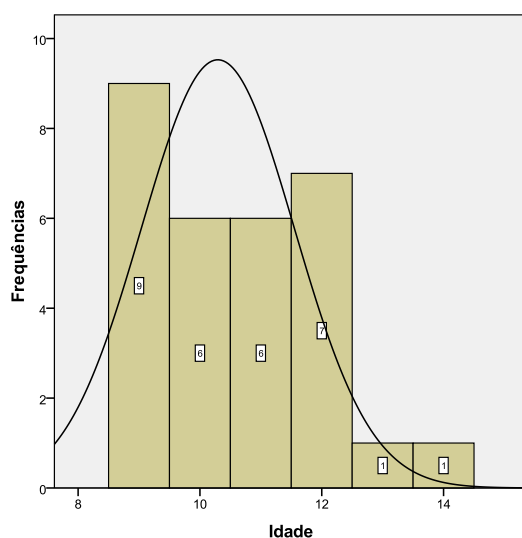


Gráfico 2 – Distribuição dos inquiridos segundo a Idade

Relativamente à idade dos alunos, verifica-se que 30% têm 9 anos, 23,3% têm 12 anos, 20% têm 10 e 11 anos, respectivamente e 3,3% têm 13 e 14 anos, pelo que se verifica que a amostra é bastante heterogénea, relativamente às faixas etárias.

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
1º Ciclo do Ensino Básico	12	40,0
2º Ciclo do Ensino Básico	18	60,0
Total	30	100,0

Considerando as habilitações literárias dos alunos, verifica-se que 60% frequentam o 2º Ciclo do Ensino Básico e 40% frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico.

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
Rural	17	56,7
Urbana	13	43,3
Total	30	100,0

Tendo em conta a residência dos alunos, verifica-se que 56,7% residem em localidades rurais e 43,3% residem em localidades urbanas.

Tabela 11 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Conheces o artesanato de Bisalhães?”

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
Nada	5	16,7
Razoavelmente	5	16,7
Bem	3	10,0
Muito Bem	17	56,7
Total	30	100,0

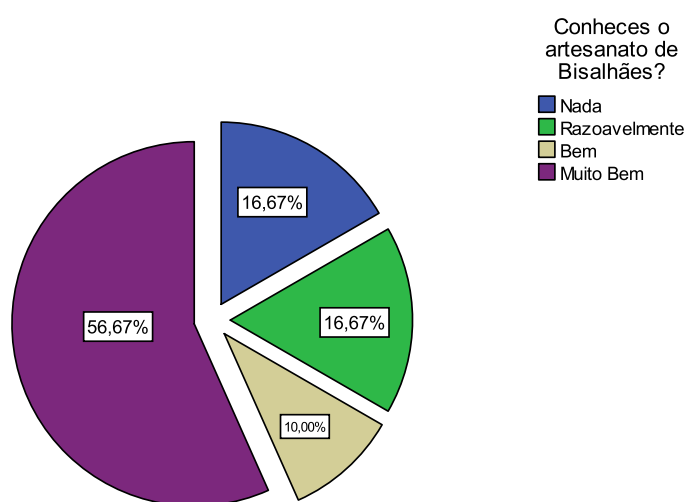


Gráfico 3 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Conheces o artesanato de Bisalhães?”

Relativamente à questão sobre se os alunos conhecem o artesanato de Bisalhães, verifica-se que 56,7% referem conhecer este artesanato muito bem, 16,7% referem que o conhecem quer razoavelmente quer que não o conhecem e apenas 10% referem conhecer bem o artesanato, pelo que se verifica a homogeneidade das respostas da amostra.

Tabela 12 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Sabes que materiais se utilizam para fabricar as peças artesanais de Bisalhães?”

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
Nada	7	23,3
Razoavelmente	3	10,0
Bem	3	10,0
Muito Bem	17	56,7
Total	30	100,0

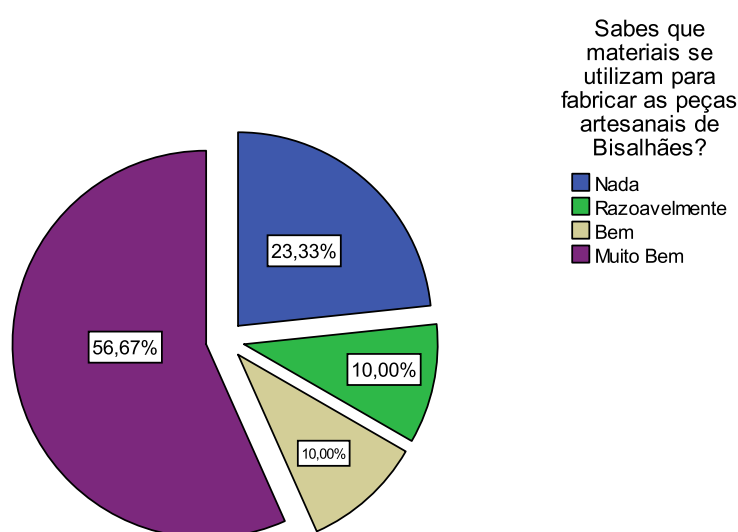


Gráfico 4 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Sabes que materiais se utilizam para fabricar as peças artesanais de Bisalhães?”

Considerando a questão acerca do conhecimento dos materiais que se utilizam para fabricar as peças artesanais de Bisalhães, verifica-se que a amostra é também muito homogênea, pois 56,7% dos inquiridos responderam conhecer estes materiais muito bem, 23,3% referem não conhecer nada acerca dos materiais e 10% referem quer conhecer razoavelmente, quer bem.

Tabela 13 – Distribuição dos inquiridos de acordo com os materiais e utensílios utilizados no artesanato de Bisalhães

		Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
Barro	Sim	20	66,7
	Não	10	33,3
Pio	Sim	20	66,7
	Não	10	33,3
Malho/Pico	Sim	20	66,7
	Não	10	33,3
Cortiça	Sim	0	0,0
	Não	30	100,0
Peneira	Sim	20	66,7
	Não	10	33,3
Água	Sim	20	66,7
	Não	10	33,3
Roda	Sim	20	66,7
	Não	10	33,3
Navalha/Espátula	Sim	20	66,7
	Não	10	33,3
Forno	Sim	20	66,7
	Não	10	33,3
Chapa	Sim	0	0,0
	Não	30	100,0

Relativamente à questão acerca de quais os materiais que são utilizados no artesanato de Bisalhães, verifica-se que embora alguns dos inquiridos tenha respondido que não conhecia os materiais, 33,3% dos que responderam não conhecer os materiais responderam não a todas as ferramentas consideradas nesta questão. De realçar que todos estão de acordo em excluir a cortiça e a chapa, nas respostas dadas.

Tabela 14 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “No local onde resides, conheces algum oleiro?”

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
Nada	8	26,7
Razoavelmente	3	10,0
Bem	3	10,0
Muito Bem	16	53,3
Total	30	100,0

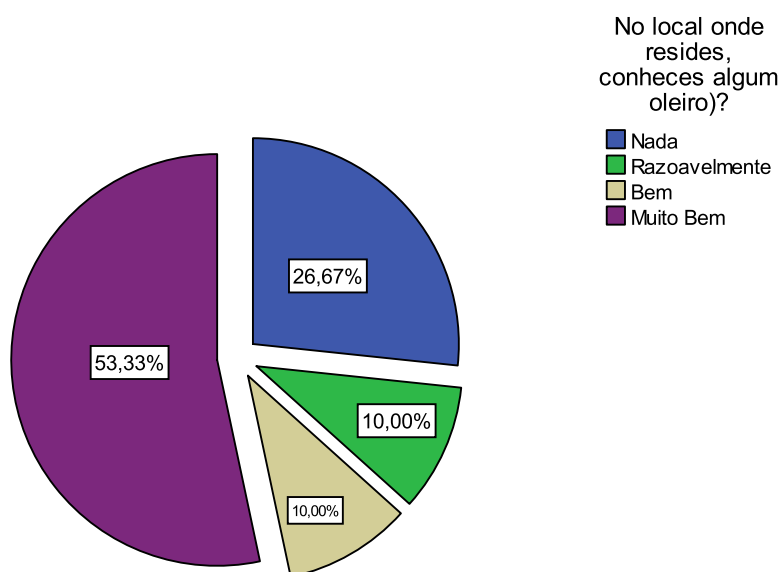


Gráfico 5 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “No local onde resides, conheces algum oleiro?”

Considerando a questão acerca do conhecimento dos inquiridos sobre a existência de algum oleiro, no seu local de residência, verifica-se que 53,3% referem conhecer muito bem, 26,7% dos inquiridos referem não conhecer nada e 10% dos inquiridos responderam quer conhecer razoavelmente, quer bem, algum oleiro, no seu local de residência.

Tabela 15 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “O artesanato de Bisalhães é, para ti, uma tradição a manter e proteger?”

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
Sim	30	100,0

Tendo em conta a questão acerca de o artesanato de Bisalhães ser uma tradição a manter e proteger, verifica-se que mesmo os alunos que referem não conhecer esta arte responderam sim, provavelmente, pela sensibilização que tem sido feita no Agrupamento acerca da preservação do património local.

Tabela 16 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Na tua opinião, refere como deve ser preservada, nas escolas da região, esta arte tradicional, colocando uma cruz apenas em um quadrado e com o qual te identifiques mais.”

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
e) Todas as anteriores	30	100,0

Da mesma forma que na questão anterior, todos os alunos responderam que o artesanato deve ser preservado, nas escolas da região, incluindo tempo curricular, desde o 1º ciclo, para aprender a história, o fabrico, o valor cultural e económico do artesanato de Bisalhães.

Tabela 17 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Na tua opinião, divulgar o artesanato de Bisalhães é preservar esta arte tradicional?”

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
Sim	30	100,0

Relativamente à opinião dos alunos acerca da divulgação do artesanato ser uma forma de preservar esta arte tradicional, verifica-se que todos responderam sim, confirmando a importância que dão a este tipo de património cultural e regional.

Considerando os docentes inquiridos, de seguida caracterizamos a amostra.

Tabela 18 – Distribuição dos inquiridos segundo o Género		
	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
Feminino	26	86,7
Masculino	4	13,3
Total	30	100,0

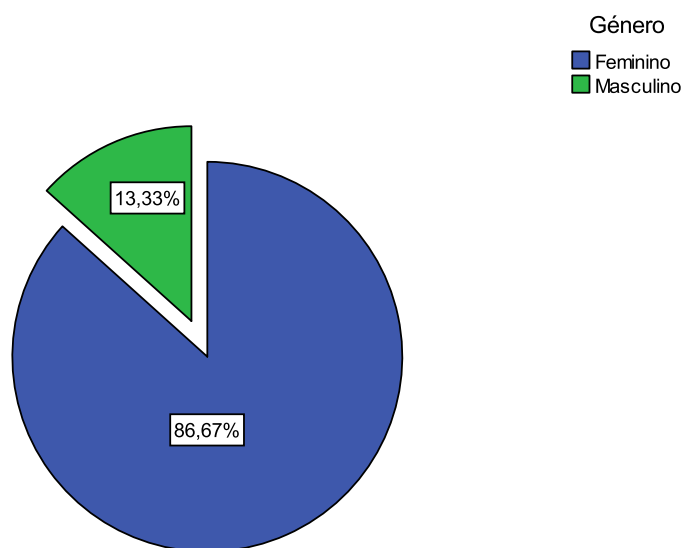


Gráfico 6 – Distribuição dos inquiridos segundo o Género

No que diz respeito ao género dos docentes inquiridos verifica-se que a maioria, 86,7%, são do género feminino e 13,3% pertencem ao género masculino.

Tabela 19 – Distribuição dos inquiridos segundo a Idade		
	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
< 25 anos	0	0,0
25 a 35 anos	15	50,0
36 a 46 anos	5	16,7
> 47 anos	10	33,3
Total	30	100,0

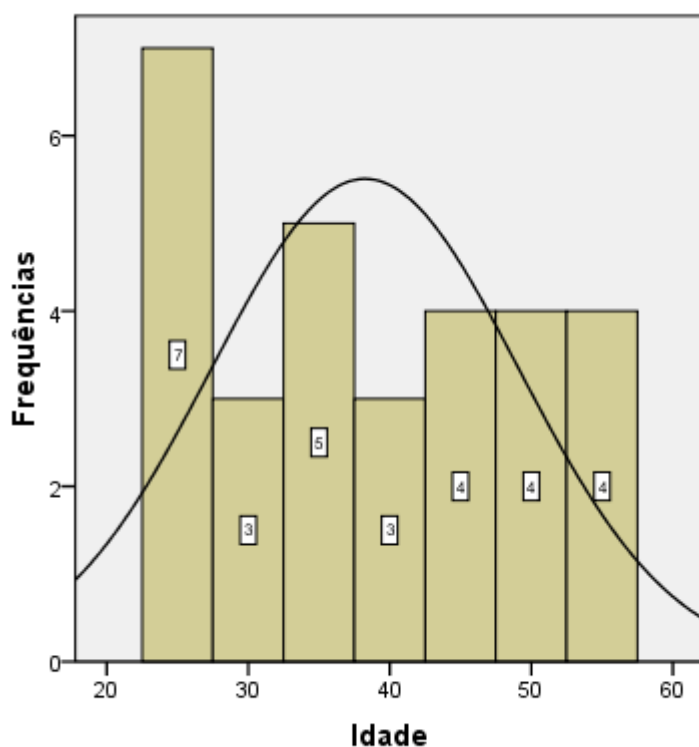


Gráfico 7 – Distribuição dos inquiridos segundo a Idade

Relativamente à idade dos docentes, verifica-se que 50% encontram-se na faixa etária dos 25 aos 35 anos, 33,3% dos inquiridos pertencem à faixa etária superior a 47 anos e 16,7% dos docentes pertencem à faixa etária dos 36 aos 46 anos.

Tabela 20 – Distribuição dos inquiridos segundo as Habilitações literárias

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
Licenciatura	18	60,0
Mestrado	9	30,0
Doutoramento	3	10,0
Total	30	100,0

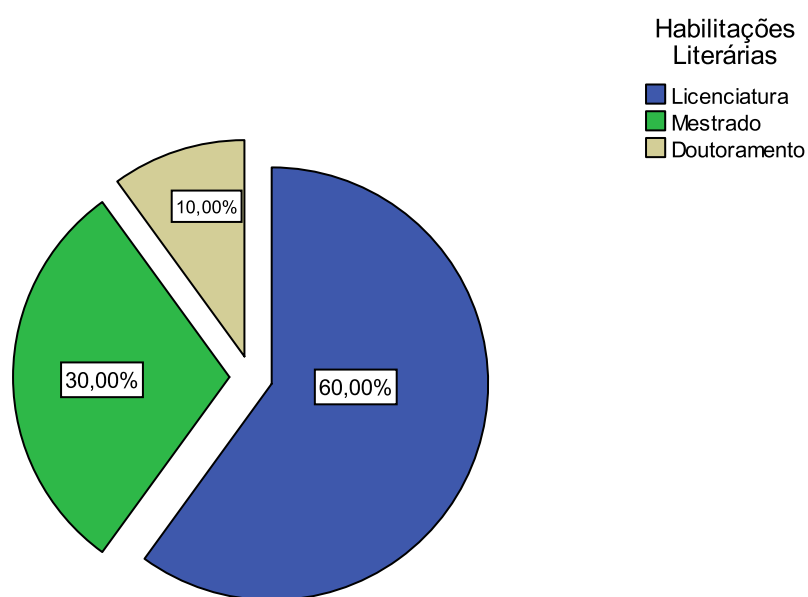


Gráfico 8 – Distribuição dos inquiridos segundo as Habilitações literárias

Tendo em conta as habilitações literárias dos docentes, verifica-se que 60% possuem licenciatura, 30% possuem Mestrado e apenas 10% possuem Doutorado.

Tabela 21 – Distribuição dos inquiridos segundo a Área que lecciona

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
1º Ciclo	12	40,0
Ciências Naturais	1	3,3
Educação Física	2	6,7
Educação Musical	3	10,0
Educação Visual	3	10,0
História	3	10,0
Inglês	3	10,0
Língua Portuguesa	3	10,0
Total	30	100,0

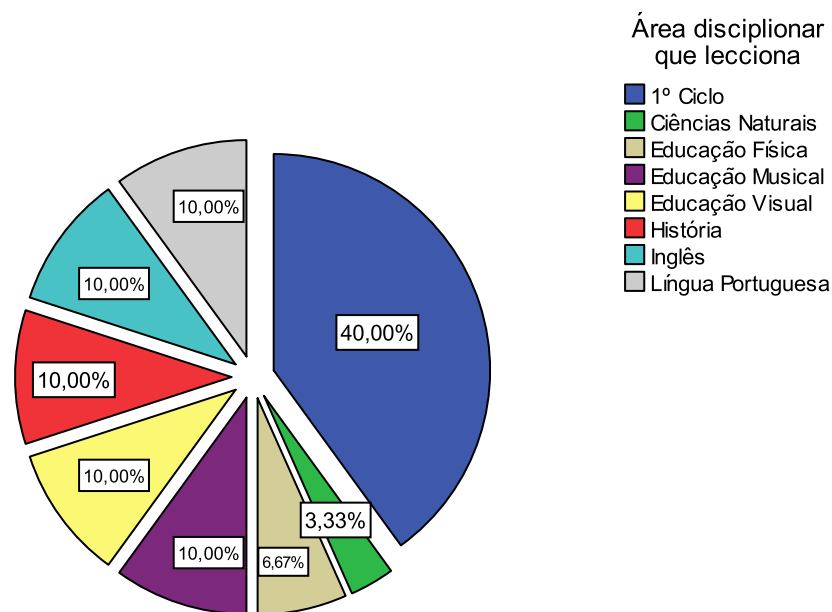


Gráfico 9 – Distribuição dos inquiridos segundo a Área disciplinar que lecciona

Considerando a área que leccionam, verifica-se que a amostra em estudo lecciona maioritariamente ao 1º Ciclo do Ensino Básico com 40% de respostas, seguida de Educação Musical, Educação Visual, História, Inglês e Língua Portuguesa, com a mesma percentagem de respostas (10%). Apenas 6,7% dos inquiridos leccionam Educação Física e 3,3% leccionam Ciências Naturais.

Tabela 22 – Distribuição dos inquiridos segundo o Nível de ensino

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
1º Ciclo do Ensino Básico	12	40,0
2º Ciclo do Ensino Básico	8	26,7
3º Ciclo do Ensino Básico	8	26,7
Nível Secundário	2	6,7
Total	30	100,0

Tendo em conta o nível de ensino que leccionam, verifica-se que 40% dos docentes leccionam no 1º Ciclo do Ensino Básico, 26,7% dos docentes leccionam no 2º Ciclo do Ensino Básico, a mesma percentagem lecciona no 3º Ciclo de Ensino Básico e apenas 6,7% leccionam no Nível Secundário.

Tabela 23 – Distribuição dos inquiridos segundo o Tempo de serviço

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
< 5 anos	7	23,3
De 5 a 10 anos	12	40,0
> 10 anos	11	36,7
Total	30	100,0

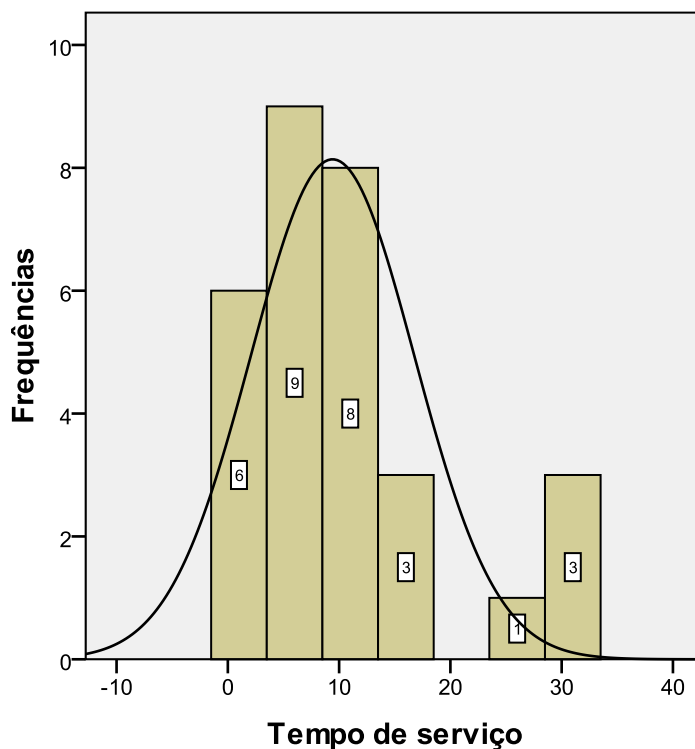


Gráfico 10 – Distribuição dos inquiridos segundo o Tempo de serviço

Considerando o tempo de serviço dos docentes, verifica-se que 40% leccionam entre os 5 e 10 anos, 36,7% dos docentes leccionam há mais de 10 anos e apenas 23,3% leccionam há menos de 5 anos.

Tabela 24 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Conhece o artesanato de Bisalhães?”

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
Razoavelmente	6	20,0
Bem	8	26,7
Muito Bem	16	53,3
Total	30	100,0

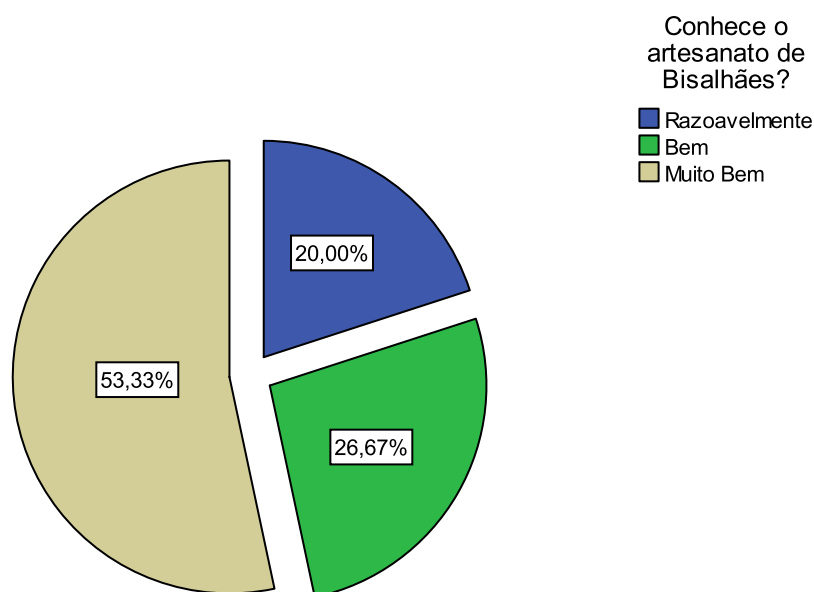


Gráfico 11 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Conhece o artesanato de Bisalhães?”

Tendo em conta a questão acerca do conhecimento do artesanato de Bisalhães, verifica-se que 53,3% dos docentes responderam conhecer muito bem este artesanato, 26,7% dos docentes referiram conhecer bem o artesanato e 20% dos inquiridos referem conhecer razoavelmente este artesanato.

Tabela 25 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Sabe que materiais se utilizam para fabricar as peças artesanais de Bisalhães?”

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
Razoavelmente	6	20,0
Bem	8	26,7
Muito Bem	16	53,3
Total	30	100,0

Relativamente aos materiais que se utilizam para fabricar as peças artesanais de Bisalhães, verifica-se que 53,3% dos docentes responderam conhecer muito bem os materiais, 26,7% dos docentes referiram conhecer bem os materiais e 20% dos inquiridos referem conhecer razoavelmente estes materiais.

Tabela 26 – Distribuição dos inquiridos de acordo com os materiais e utensílios utilizados no artesanato de Bisalhães

		Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
Barro	Sim	30	100,0
	Não	0	0,0
Pio	Sim	30	100,0
	Não	0	0,0
Malho/Pico	Sim	30	100,0
	Não	0	0,0
Cortiça	Sim	0	0,0
	Não	30	100,0
Peneira	Sim	30	100,0
	Não	0	0,0
Água	Sim	30	100,0
	Não	0	0,0
Roda	Sim	30	100,0
	Não	0	0,0
Navalha/Espátula	Sim	30	100,0
	Não	0	0,0
Forno	Sim	30	100,0
	Não	0	0,0
Chapa	Sim	0	0,0
	Não	30	100,0

Relativamente à questão acerca de quais os materiais que são utilizados no artesanato de Bisalhães, verifica-se que todos os inquiridos conhecem os materiais utilizados (100%), sendo que todos estão de acordo em excluir a cortiça e a chapa, nas respostas dadas.

Tabela 27 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “No local onde reside, conhece algum oleiro”

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
Nada	14	46,7
Bem	3	10,0
Muito Bem	13	43,3
Total	30	100,0

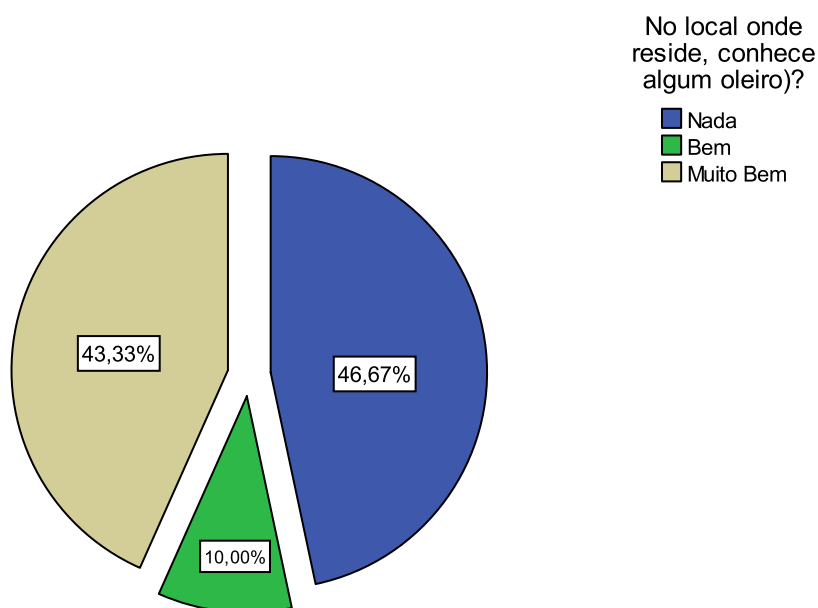


Gráfico 12 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “No local onde reside, conhece algum oleiro”

Tendo em conta a questão acerca do conhecimento dos docentes sobre a existência de oleiros no local onde residem, verifica-se que 46,7% dos inquiridos referem não conhecer nada, 43,3% referem conhecer muito bem e apenas 10% dos inquiridos referem conhecer bem algum oleiro.

Tabela 28 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “O artesanato de Bisalhães é, para si, uma tradição a manter e proteger?”

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
Sim	30	100,0
Não	0	0,0
Total	30	100,0

Considerando a questão acerca de o artesanato de Bisalhães ser uma tradição a manter e proteger, verifica-se que todos os docentes responderam sim (100%).

Tabela 29 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Na sua opinião, refira como deve ser preservada, nas escolas da região, esta arte tradicional, colocando uma cruz apenas em um quadrado e com o qual se identifique mais.”

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
e) Todas as anteriores	30	100,0
Total	30	100,0

Relativamente à questão acerca da forma como deve ser preservada a arte tradicional, nas escolas da região, verifica-se que todos os docentes consideram que deve ser atribuído algum tempo curricular, desde o 1º ciclo, onde se aprenda a história, o fabrico, o valor cultural e económico do artesanato de Bisalhães (100%).

Tabela 30 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Na sua opinião, divulgar o artesanato de Bisalhães é preservar esta arte tradicional?”

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
Sim	30	100,0
Não	0	0,0
Total	30	100,0

Tendo em conta a questão acerca do facto e a divulgação do artesanato ser uma forma de preservar esta arte, verifica-se que todos os docentes responderam sim (100%).

Tabela 31 – Distribuição dos inquiridos segundo a questão “Dê sugestões sobre como faria, ao leccionar a sua disciplina, para inculir nos alunos a preservação do artesanato de Bisalhães”

	Frequências absolutas (N)	Frequências Relativas (%)
Actividades extracurriculares	1	3,3
Actividades práticas em sala de aula	5	16,7
Convite a oleiros para irem à escola	3	10,0
Exposições na escola	2	6,7
Visitas de estudo	3	10,0
Não respondeu	16	53,3
Total	30	100,0

Considerando a questão acerca de sugestões acerca do que os docentes consideram que deveriam fazer, ao leccionar a sua disciplina, para inculir nos alunos a preservação do artesanato de Bisalhães, verifica-se que, embora 53,3% dos docentes não tenham respondido à questão, existem algumas sugestões importantes e que devem ser realçadas, como as actividades práticas em sala de aula (16,7%), o convite a oleiros para irem á escola (10%), visitas de estudo (10%), exposições na escola (6,7%) e actividades extracurriculares.

2.4 DISCUSSÃO

De seguida serão analisadas as hipóteses inicialmente formuladas, através do teste de correlação de Pearson e do Qui-quadrado.

Ha1 – Existe relação entre o género dos alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ho1 - Não existe relação entre o género dos alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Tabela 32 – Correlação Género/Conheces o artesanato de Bisalhães?

		Conhece o artesanato de Bisalhães?				Total
		Nada	Razoavelmente	Bem	Muito Bem	
Género	Feminino	5	5	0	10	20
	Masculino	0	0	3	7	10
Total		5	5	3	17	30

Tabela 33 – Teste do Qui-quadrado

	P
Qui-quadrado de Pearson	0,009

Tendo em conta a correlação entre as premissas género e conhecimento sobre o artesanato de Bisalhães, verifica-se que existe uma relação altamente significativa entre ambas, para $p < 0,005$, pois que $p = 0,009$, após a análise do qui-quadrado de Pearson. Assim, consideramos como válida a hipótese 1, isto é existe relação entre o género dos alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ha2 – Existe relação entre a idade dos alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ho2 – Não existe relação entre a idade dos alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Tabela 34 – Correlação Idade/Conheces o artesanato de Bisalhães?

		Conheces o artesanato de Bisalhães?				Total
		Nada	Razoavelmente	Bem	Muito Bem	
Idade	9	3	1	0	5	9
	10	0	1	2	3	6
	11	2	2	0	2	6
	12	0	0	0	7	7
	13	0	1	0	0	1
	14	0	0	1	0	1
	Total	5	5	3	17	30

Tabela 35 – Teste do Qui-quadrado

	P
Qui-quadrado de Pearson	0,014

Considerando a correlação entre as premissas idade e conhecimento sobre o artesanato de Bisalhães, verifica-se que não existe uma relação significativa entre ambas, para $p < 0,005$, pois que $p = 0,014$, após a análise do qui-quadrado de Pearson. Assim, consideramos como válida apenas a hipótese nula, isto é não existe relação entre a idade dos alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ha3 – Existe relação entre as habilitações literárias dos alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ho3 – Não existe relação entre as habilitações literárias dos alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Tabela 36 – Correlação Habilitações Literárias/Conheces o artesanato de Bisalhães?

Habilitações Literárias		Conheces o artesanato de Bisalhães?				Total
		Nada	Razoavelmente	Bem	Muito Bem	
	1º Ciclo do Ensino Básico	3	1	0	8	12
	2º Ciclo do Ensino Básico	2	4	3	9	18
	Total	5	5	3	17	30

Tabela 37 – Teste do Qui-quadrado

	P
Qui-quadrado de Pearson	0,259

Tendo em conta a correlação entre as premissas habilitações literárias e conhecimento sobre o artesanato de Bisalhães, verifica-se que não existe uma relação significativa entre ambas, para $p < 0,005$, pois que $p = 0,259$, após a análise do qui-quadrado de Pearson. Assim, consideramos como válida apenas a hipótese nula, isto é não existe relação entre as habilitações literárias dos alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ha4 – Existe relação entre o local onde residem os alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ho4 – Não existe relação entre o local onde residem os alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Tabela 38 – Correlação Residência/Conheces o artesanato de Bisalhães?

		Conheces o artesanato de Bisalhães?				Total
		Nada	Razoavelmente	Bem	Muito Bem	
Residência	Rural	0	0	0	17	17
	Urbana	5	5	3	0	13
Total		5	5	3	17	30

Tabela 39 – Teste do Qui-quadrado

	P
Qui-quadrado de Pearson	0,000

Relativamente à correlação entre as premissas residência e conhecimento sobre o artesanato de Bisalhães, verifica-se que existe uma relação altamente significativa entre ambas, para $p < 0,005$, pois que $p = 0,000$, após a análise do qui-quadrado de Pearson. Assim, consideramos como válida a hipótese 1, isto é existe relação entre a residência dos alunos e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ha5 – Existe relação entre o nível de conhecimentos dos alunos sobre o artesanato de Bisalhães e a sua opinião acerca da preservação desta arte.

Ho5 – Não existe relação entre o nível de conhecimentos dos alunos sobre o artesanato de Bisalhães e a sua opinião acerca da preservação desta arte.

Tabela 40 – Correlação O artesanato de Bisalhães é, para ti, uma tradição a manter e proteger? /Conheces o artesanato de Bisalhães?

		Conheces o artesanato de Bisalhães?				Total
		Nada	Razoavelmente	Bem	Muito Bem	
O artesanato de Bisalhães é, para ti, uma tradição a manter e proteger?	Sim	5	5	3	17	30
	Total	5	5	3	17	30

Relativamente à correlação entre as premissas preservação do artesanato de Bisalhães e conhecimento sobre o artesanato de Bisalhães, verifica-se que, como a questão sobre a preservação do artesanato é constante, não se poderá analisar a correlação entre ambas, já que se pressupõe que a resposta dada é direccionada para a existência constante da opinião dos alunos, pelo que apenas

poderemos verificar que 17 alunos conhecem muito bem o artesanato e todos consideram importante a preservação desta arte.

Para analisar também o nível de conhecimentos dos docentes, foram definidas as seguintes hipóteses:

Ha1 – Existe relação entre o género dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ho1 - Não existe relação entre o género dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Tabela 41 – Correlação Género/Conhece o artesanato de Bisalhães?

		Conhece o artesanato de Bisalhães?			Total
		Razoavelmente	Bem	Muito Bem	
Género	Feminino	6	8	12	26
	Masculino	0	0	4	4
Total		6	8	16	30

Tabela 42 – Teste do Qui-quadrado

	P
Qui-quadrado de Pearson	0,133

Tendo em conta a correlação entre as premissas género e conhecimento sobre o artesanato de Bisalhães, verifica-se que não existe uma relação significativa entre ambas, para $p < 0,005$, pois que $p = 0,133$, após a análise do qui-quadrado de Pearson. Assim, consideramos como válida apenas a hipótese nula, isto é não existe relação entre o género dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ha2 – Existe relação entre a idade dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ho2 – Não existe relação entre a idade dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Tabela 43 – Teste do Qui-quadrado

	P
Qui-quadrado de Pearson	0,038

Considerando a correlação entre as premissas idade e conhecimento sobre o artesanato de Bisalhães, verifica-se que não existe uma relação significativa entre ambas, para $p < 0,005$, pois que $p = 0,133$, após a análise do qui-quadrado de Pearson. Assim, consideramos como válida apenas a hipótese nula, isto é não existe relação entre a idade dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ha3 – Existe relação entre as habilitações literárias dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ho3 – Não existe relação entre as habilitações literárias dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Tabela 44 – Correlação Habilitações literárias/Conhece o artesanato de Bisalhães?

		Conhece o artesanato de Bisalhães?			Total
		Razoavelmente	Bem	Muito Bem	
Habilitações Literárias	Licenciatura	2	4	12	18
	Mestrado	1	4	4	9
	Doutoramento	3	0	0	3
Total		6	8	16	30

Tabela 45 – Teste do Qui-quadrado

	P
Qui-quadrado de Pearson	0,005

Relativamente à correlação entre as premissas habilitações literárias e conhecimento sobre o artesanato de Bisalhães, verifica-se que existe uma relação altamente significativa entre ambas, para $p < 0,005$, pois que $p = 0,005$, após a análise do qui-quadrado de Pearson. Assim, consideramos como válida a hipótese 1, isto é existe relação entre as habilitações literárias dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ha4 – Existe relação entre a área que leccionam os professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ho4 – Não existe relação entre a área que leccionam os professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Tabela 46 – Correlação Área que lecciona/Conhece o artesanato de Bisalhães?

		Conhece o artesanato de Bisalhães?			Total	
		Razoavelmente	Bem	Muito Bem		
Área disciplinar que lecciona	1º Ciclo	1	3	8	12	
	Ciências Naturais	0	0	1	1	
	Educação Física	1	1	0	2	
	Educação Musical	2	0	1	3	
	Educação Visual	0	0	3	3	
	História	0	1	2	3	
	Inglês	1	2	0	3	
	Língua Portuguesa	1	1	1	3	
	Total		6	8	16	30

Tabela 47 – Teste do Qui-quadrado

	P
Qui-quadrado de Pearson	0,292

Tendo em conta a correlação entre as premissas área que os professores leccionam e conhecimento sobre o artesanato de Bisalhães, verifica-se que não existe uma relação significativa entre ambas, para $p < 0,005$, pois que $p = 0,292$, após a análise do qui-quadrado de Pearson. Assim, consideramos como válida apenas a hipótese nula, isto é não existe relação entre a área que leccionam os professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ha5 – Existe relação entre o tempo de serviço dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ho5 – Não existe relação entre o tempo de serviço dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Tabela 48 – Teste do Qui-quadrado

	P
Qui-quadrado de Pearson	0,248

Considerando a correlação entre as premissas tempo de serviço dos professores e conhecimento sobre o artesanato de Bisalhães, verifica-se que não existe uma relação significativa entre ambas, para $p < 0,005$, pois que $p = 0,248$, após a análise do qui-quadrado de Pearson. Assim, consideramos como válida apenas a hipótese nula, isto é não existe relação entre o tempo de serviço dos professores e o nível de conhecimentos acerca do artesanato de Bisalhães.

Ha6 – Existe relação entre o nível de conhecimentos dos professores sobre o artesanato de Bisalhães e a sua opinião acerca da preservação desta arte.

Ho6 – Não existe relação entre o nível de conhecimentos dos professores sobre o artesanato de Bisalhães e a sua opinião acerca da preservação desta arte.

Tabela 49 – Correlação O artesanato é, para si, uma tradição a manter e proteger/Conhece o artesanato de Bisalhães?

		Conhece o artesanato de Bisalhães?			Total
		Razoavelmente	Bem	Muito Bem	
O artesanato de Bisalhães é, para uma tradição a manter e proteger?	Sim	6	8	16	30
	Total	6	8	16	30

Relativamente à correlação entre as premissas preservação do artesanato de Bisalhães e conhecimento sobre o artesanato de Bisalhães, verifica-se que, como a questão sobre a preservação do artesanato é constante, não se poderá analisar a correlação entre ambas, já que se pressupõe que a resposta dada é direccionada para a existência constante da opinião dos professores, pelo que apenas poderemos verificar que 16 docentes conhecem muito bem o artesanato e todos consideram importante a preservação desta arte.

Após a presente descrição da validação das hipóteses, consideramos pertinente relacionar os resultados com as opiniões de alguns dos autores apontados na revisão bibliográfica.

Assim, verifica-se que as amostras em estudo, os docentes e os alunos, conhecem na sua maioria o artesanato de Bisalhães, conforme foi referido na revisão bibliográfica, a evolução da venda da louça fez com que os produtos fossem divulgados por todos quantos os adquiriam, aquando de passagem pela nossa região e também pela comunicação social

Da mesma forma, verifica-se que os docentes e os alunos acreditam que a arte deve ser preservada, o que vem de encontro ao referido na revisão literária, pois o número de oleiros tem vindo a decrescer nos últimos anos. Se em 1983 ainda laboravam em Bisalhães 16 oleiros e em 1988, Werner Tobias refere um ligeiro aumento para 18, em 1996 Isabel Fernandes (1996: 26) informa que só existiam 6 oleiros, em 1999 existiriam 8 oleiros e um “escultor” (Campos e Carvalho, 1999) e actualmente laboram apenas 4 oleiros e um “escultor”. Assim sendo, para salvar este património da comunidade Vilarealense urge travar esta decadência com o lançamento de novas iniciativas, entre as quais a sua certificação será certamente importante.

Os alunos e docentes consideram que uma das formas de sensibilizar os jovens para esta arte parte pela integração de tempo curricular, desde o 1º ciclo, direccionado para a aprendizagem da história, do fabrico, do valor cultural e económico acerca do artesanato de Bisalhães. Esta forma de sensibilizar os jovens ainda não foi considerada pelo Agrupamento, no entanto, no projecto educativo estão já estipulados objectivos que passam pela defesa, preservação e valorização do património nacional, local e da escola; pela valorização do papel da escola no meio; pela contextualização do ensino com as actividades económicas, sociais e culturais da região e pela articulação entre a cultura escolar e a cultura familiar.

Assim, verifica-se a necessidade urgente de alertar e sensibilizar os jovens e docentes do Agrupamento para o facto de o artesanato de Bisalhães, dentro de poucos anos, deixar de existir, caso não sejam preservados os conhecimentos, as técnicas e métodos de fabrico desta arte secular.

3 CONCLUSÕES

Com a realização deste projecto pretendeu-se ir de encontro às questões colocadas por Campos e Carvalho (1999), quando referem que o artesanato de Bisalhães é a “*anatomia de um povo*”, pois que se relaciona com as vivências pessoais, familiares, profissionais, culturais e históricas da localidade de Bisalhães e da sua população. Os referidos autores consideram ainda que a divulgação e promoção desta arte secular deve ser defendida e promovida, pois alertam que actualmente existem apenas 5 oleiros e no futuro, sem que se tomem medidas, é certa a extinção desta arte.

Da mesma forma, consideramos que os objectivos inicialmente propostos foram atingidos, pois foi identificado o artesanato como factor de desenvolvimento económico e turístico regional; permitiu a caracterização da região e do artesanato de Bisalhães; o facto de termos abordado, no Agrupamento, o tema artesanato de Bisalhães, permitiu sensibilizar os professores e alunos para a sua importância e para a promoção da sua preservação.

O quadro de referência efectuado através da revisão bibliográfica, permitiu organizar a elaboração do estudo, fornecendo o contexto para melhor conceptualizar o problema em discussão, atingindo assim os objectivos propostos.

No entanto, torna-se necessário referir que durante a execução deste trabalho, depararam-se algumas dificuldades/limitações, causadas pela inexperiência no que diz respeito à elaboração de um trabalho desta natureza, dificuldade em definir o problema de investigação, devido à complexidade do tema em estudo e falta de tempo, motivada pela dificuldade em conseguir conciliar a sua realização com o decurso do ano lectivo e com a profissão.

De realçar que este estudo apresenta limitações quanto ao grau de generalização no que diz respeito à amostra, uma vez que foi constituída apenas por sujeitos de uma localidade. Porém, este factor não diminui o interesse do estudo, uma vez que os resultados poderão permitir o levantamento de aspectos relevantes e de hipóteses de estudo que encaminhem futuras investigações.

Considera-se ter sido de todo pertinente, quer a pesquisa, quer toda a dinâmica que envolveu a realização do presente trabalho, uma vez que permitiu relacionar e aprofundar conhecimentos teóricos e práticos, que serão de enorme utilidade para a profissão.

Assim sendo, concluí-se o presente trabalho reiterando que é de todo pertinente potenciar mais pesquisas em projectos cada vez mais alargados, na preservação das actividades artesanais tradicionais, numa tentativa não só de aprofundar os conhecimentos acerca desta temática, como também de obter resultados passíveis de influenciar as atitudes quer dos jovens quer dos docentes, quer da comunidade.

Gostaríamos ainda de referir que, apesar dos obstáculos encontrados, a realização deste trabalho proporcionou-nos muita satisfação, uma vez que foi elaborado numa área muito interessante do ponto de vista cultural e social e cuja abordagem permitiu a nossa própria sensibilização para o facto de as artes tradicionais do nosso país estarem cada vez mais em risco de extinção.

4 BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Belarmino - "A Cestaria um Trabalho Artístico e Artesanal das Nossas Terras" in *Brigantia*. Bragança, Vol. 1, Nº 1, Abril-Junho de 1981.
- "Artesanato" in *Focus Enciclopédia Internacional*. Lisboa, Sá da Costa, Vol. I, 1964, p.272-273.
- ARTESANATO DA REGIÃO DO NORTE. - *Catálogo*, I.E.F.P., Porto, 1989
- "Artífice ou Mesteiral" in *Focus Enciclopédia Internacional*. Lisboa, Sá da Costa, Vol. I, 1964, p.273.
- BAIÃO, R. J.-"O Artesanato e o Desenvolvimento Comunitário" in *Mensário Administrativo*. Luanda, Nºs 186-191, Janeiro-Junho de 1963, p.21-33, Colóquio Sobre Artesanato. Coimbra, 8-11 de Novembro de 1979.
- BARROCA, Mário Jorge, «Centros Oleiros Entre-Douro-e-Minho (Séc. XIII). Contributo para o seu inventário e cartografia». In *Arqueologia Medieval* 2. Porto, Afrontamento, 1993 (pp.159/170)
- CAMPOS, Maria Emília; CARVALHO, Duarte. *Bisalhães, Anatomia de um Povo*. Centro Cultural Regional de Vila Real, 1º edição, Agosto de 1999, ISBN: 972-98362-0-5.
- CORREIA, Alberto - *Artesanato Duas Faces de uma Cultura*. Coimbra, Serviços Municipais de Cultura e Turismo de Coimbra e Instituto Português do Património Cultural, 1982.
- Decreto-Lei n.º 41/2001, de 9 de Fevereiro – Diploma que aprova o estatuto do artesão e da unidade produtiva artesanal.
- Decreto-Lei n.º 110/2002, de 16 de Abril – Alterações ao Decreto-Lei n.º 41/2001, de 9 de Fevereiro, diploma que aprova o estatuto do artesão e da unidade produtiva artesanal.
- DELGADO, A.; GODINHO, I. (2002), *Medidas de Localização das Actividades e da Especialização Regional* in Costa, J. (Coord), *Compêndio de Economia Regional*, Colecção APDR
- EÇA, Maria Natália de - *Roteiro. Artesão Português - Alentejo*. Porto, Edição do Autor, 1986
- IDEM - *Roteiro. Artesão Português - Trás-os-Montes e Alto Douro*. Porto, Edição do Autor, 1988
- FENTRESS, J., WICKHAM, C. 1992. *Memória Social*. Lisboa: Teorema.
- FERREIRA, José Maria Cabral - *Artesanato. Cultura e Desenvolvimento Regional*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1983.
- FERRÃO, J.. *Educação, sociedade cognitiva e regiões inteligentes: uma articulação promissora* in *Inforgeo*, (11), pp.97-104, 1996.
- FORTIN, M.. *O processo de investigação da concepção à realização*, Lisboa, Lusociência, 7ª edição, 2005.
- FOURQUIN, Guy - *História Económica do Ocidente Medieval*. Lisboa, Edições 70, 1981
- GALHARDO, Maria de Aguiar -"Artesanato" in *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura*. Lisboa, vol. II, 1964, p. 1419-1422
- GIL, A. C..*Como elaborar Projectos de Pesquisa*. 3ª Edição, São Paulo, Editora Atlas SA, 8ª edição, 2005.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.. *Metodologia Científica: Ciência e Conhecimento Científico. Métodos Científicos. Teoria, Hipóteses e variáveis. Metodologia Jurídica*. 5ªedição. Editora Atlas, ISBN: 8522447624, 2007.

- LEROI-GOURHAN, André - Evolução e Técnicas.1-O Homem e a Matéria. Lisboa, Edições 70, 1984.
- MÓNICA, Maria Filomena. Artesãos e Operários. Lisboa, Edição do Instituto de Ciências Sociais, 1986.
- POLÉSE, M.. Economia urbana e regional- lógica espacial das transformações económicas, Coimbra, Coleção APDR, 1998.
- QUIVY, R.. Manual de Investigação em ciências sociais. 5ª Edição, Outubro, Gradiva Publicações, 1999.
- SANTANA, Maria Olinda Rodrigues, Livro dos Foraes Nouis da Cmarqua de Trallos Montes, Introdução, edição diplomática e notas. João Azevedo Editor, Mirandela, 1999 (p. 257).
- SILVA, Augusto Santos - Artes Tradicionais Portuguesas e Formas Modernas de Promovê-las. Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais, 1987.
- SOUSA, Antero Moura Fernandes de- "Arte Popular" in Brigantia. Bragança, vol. 1, Nº2, Julho - Setembro de 1981, p.151-152.
- VASCONCELOS, José Leite de - "Fontes de Investigação Etnográfica" in Boletim de Etnografia. Lisboa, nº 56, 1937.

Sites consultados:

http://www.nervir.pt/public_html/projectos/bisalhaes/historico/raizes_olaria_06.html

http://www.nervir.pt/public_html/projectos/bisalhaes/historico/raizes_olaria_06.html

ANEXOS

ANEXO A – INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS



Mestrado em Ensino da Educação Visual e Tecnológica no Ensino Básico

QUESTIONÁRIO

Conhecimento do património artístico regional

Preservar o Artesanato de Bisalhães

Autor do Trabalho: Júlia Violante de C. R. Correia

Caros(as) alunos(as)

Júlia Correia, a frequentar o Mestrado em Ensino da Educação Visual e Tecnológica no Ensino Básico, leccionado na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, a realizar o Relatório Final de Prática do Ensino Supervisionado no Ensino Básico, subordinado ao tema “**Conhecimento do património artístico regional, Preservar o Artesanato de Bisalhães**”, venho por este meio, pedir a vossa colaboração para preencherem este questionário, de modo a obter toda a informação necessária para a viabilidade deste estudo.

Os dados de aplicação deste questionário serão analisados, tratados estatisticamente, divulgados e incluídos no Relatório Final.

Obrigada pela compreensão e disponibilidade,

A aluna

(Júlia Correia)

Questionário

1 Género:

Masculino

Feminino

2 Idade: _____anos

3 Habilitações literárias:

1º Ciclo do Ensino Básico (1º ao 4º ano)

2º Ciclo do Ensino Básico (5º a 6º ano)

4 Residência:

Rural

Urbana

II

1 Conheces o Artesanato de Bisalhães?

Muito bem <input type="checkbox"/>	Bem <input type="checkbox"/>	Razoavelmente <input type="checkbox"/>	Nada <input type="checkbox"/>
------------------------------------	------------------------------	--	-------------------------------

2 Sabes que materiais se utilizam para fabricar as peças artesanais de Bisalhães?

Muito bem <input type="checkbox"/>	Bem <input type="checkbox"/>	Razoavelmente <input type="checkbox"/>	Nada <input type="checkbox"/>
------------------------------------	------------------------------	--	-------------------------------

3 Se sim, refere quais os materiais e utensílios utilizados no seu fabrico?

	Sim	Não
Barro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Malho/Pico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cortiça	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Peneira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Roda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Navalha/Espátula	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Forno	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Chapa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4 No local onde resides, conheces algum oleiro?

Muito bem <input type="checkbox"/>	Bem <input type="checkbox"/>	Razoavelmente <input type="checkbox"/>	Nenhum <input type="checkbox"/>
------------------------------------	------------------------------	--	---------------------------------

5 O artesanato de Bisalhães é, para ti, uma tradição a manter e proteger?

Sim

Não

6 Na tua opinião, refere como deve ser preservada, nas escolas da região, esta arte tradicional, colocando uma cruz apenas em um quadrado e com o qual te identifiques mais.

a) Atribuir algum tempo curricular, desde o 1º ciclo, onde se aprenda a história do artesanato de Bisalhães

b) Atribuir algum tempo curricular, desde o 1º ciclo, onde se aprenda o fabrico do artesanato de Bisalhães

c) Atribuir algum tempo curricular, desde o 1º ciclo, onde se aprenda o valor cultural do artesanato de Bisalhães

d) Atribuir algum tempo curricular, desde o 1º ciclo, onde se aprenda o valor económico do artesanato de Bisalhães

e) Atribuir algum tempo curricular, desde o 1º ciclo, onde se aprenda a história, o fabrico, o valor cultural e económico do artesanato de Bisalhães

7 Na tua opinião, divulgar o artesanato de Bisalhães é preservar esta arte tradicional?

Sim

Não



Mestrado em Ensino da Educação Visual e Tecnológica no Ensino Básico

QUESTIONÁRIO
Conhecimento do património artístico regional
Preservar o Artesanato de Bisalhães

Autor do Trabalho: Júlia Violante de C. R. Correia

Caros(as) colegas

Júlia Correia, a frequentar o Mestrado em Ensino da Educação Visual e Tecnológica no Ensino Básico, leccionado na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, a realizar o Relatório Final de Prática do Ensino Supervisionado no Ensino Básico, subordinado ao tema “**Conhecimento do património artístico regional, Preservar o Artesanato de Bisalhães**”, venho por este meio, pedir a vossa colaboração para preencherem este questionário, de modo a obter toda a informação necessária para a viabilidade deste estudo.

Os dados de aplicação deste questionário serão analisados, tratados estatisticamente, divulgados e incluídos no Relatório Final.

Obrigada pela compreensão e disponibilidade,

A aluna

(Júlia Correia)

Questionário

1 Género:

Masculino

Feminino

2 Idade: _____ anos

3 Habilitações literárias:

Bacharelato

Licenciatura

Pós-graduação

Mestrado

Doutoramento

4 Área disciplinar que lecciona: _____

5 Nível de Ensino:

1º Ciclo do Ensino Básico

2º Ciclo do Ensino Básico

3º Ciclo do Ensino Básico

Nível Secundário

Nível Superior

6 Tempo de serviço: _____ anos

II

1 Conhece o Artesanato de Bisalhães?

Muito bem <input type="checkbox"/>	Bem <input type="checkbox"/>	Razoavelmente <input type="checkbox"/>	Nada <input type="checkbox"/>
------------------------------------	------------------------------	--	-------------------------------

2 Sabe que materiais se utilizam para fabricar as peças artesanais de Bisalhães?

Muito bem <input type="checkbox"/>	Bem <input type="checkbox"/>	Razoavelmente <input type="checkbox"/>	Nada <input type="checkbox"/>
------------------------------------	------------------------------	--	-------------------------------

3 Se sim, refira quais os materiais e utensílios utilizados no seu fabrico?

	Sim	Não
Barro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Malho/Pico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cortiça	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Peneira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Roda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Navalha/Espátula	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Forno	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Chapa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4 No local onde reside, conhece algum oleiro?

Muito bem <input type="checkbox"/>	Bem <input type="checkbox"/>	Razoavelmente <input type="checkbox"/>	Nada <input type="checkbox"/>
------------------------------------	------------------------------	--	-------------------------------

5 O artesanato de Bisalhães é uma tradição a preservar?

Sim

Não

6 Na sua opinião, refira como deve ser preservada, nas escolas da região, esta arte tradicional, colocando uma cruz apenas em um quadrado e com o qual se identifique mais.

f) Atribuir algum tempo curricular, desde o 1º ciclo, onde se aprenda a história do artesanato de Bisalhães

g) Atribuir algum tempo curricular, desde o 1º ciclo, onde se aprenda o fabrico do artesanato de Bisalhães

h) Atribuir algum tempo curricular, desde o 1º ciclo, onde se aprenda o valor cultural do artesanato de Bisalhães

i) Atribuir algum tempo curricular, desde o 1º ciclo, onde se aprenda o valor económico do artesanato de Bisalhães

j) Atribuir algum tempo curricular, desde o 1º ciclo, onde se aprenda a história, o fabrico, o valor cultural e económico do artesanato de Bisalhães

7 Na sua opinião, divulgar o artesanato de Bisalhães é preservar esta arte tradicional?

Sim

Não

8 Dê sugestões sobre como faria, ao leccionar a sua disciplina, para inculir nos alunos a preservação do artesanato de Bisalhães.

ANEXO B – LEGISLAÇÃO CONSULTADA

n.º 26/79/M, de 7 de Novembro, relativas aos produtores agrícolas e aos trabalhadores por conta própria das actividades artesanais do sector primário da Região Autónoma da Madeira, tendo em vista o seu ajustamento progressivo às taxas estabelecidas no regime geral de segurança social dos trabalhadores independentes, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 328/93, de 25 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 240/96, de 14 de Dezembro, e 397/99, de 13 de Outubro. É esse o objectivo do presente diploma.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio da Região Autónoma.

Assim:

No uso da autorização legislativa concedida pelo n.º 5 do artigo 36.º da Lei n.º 3-B/2000, de 4 de Abril, e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

1 — As taxas contributivas fixadas no n.º 1 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 328/93, de 25 de Setembro, quando aplicáveis aos trabalhadores por conta própria da Região Autónoma da Madeira referidos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regional n.º 26/79/M, de 7 de Novembro, são ajustadas progressivamente, com observância dos períodos de transição estabelecidos no presente diploma, sendo atingidas no ano de 2013.

2 — O disposto no número anterior é, igualmente, aplicável aos trabalhadores por conta própria referidos na alínea d) do n.º 1 do citado artigo 4.º, aos quais ainda não sejam aplicadas as taxas do Decreto-Lei n.º 328/93, de 25 de Setembro.

Artigo 2.º

Ajustamento progressivo das taxas contributivas

1 — A transição para aplicação das taxas contributivas referidas no artigo anterior aos trabalhadores independentes nele referidos que, à data da entrada em vigor do presente diploma, já se encontrem a contribuir é feita, anual e progressivamente, de acordo com as taxas fixadas no anexo I ao presente diploma.

2 — As taxas contributivas fixadas no anexo I são, igualmente, aplicáveis, por referência à data em que se inicia a obrigação de contribuir, aos trabalhadores independentes referidos no artigo anterior que venham a ser enquadrados, no respectivo regime de segurança social, posteriormente à entrada em vigor do presente diploma.

3 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores e no caso de, no decurso do período transitório fixado até 2013, as taxas contributivas aplicáveis aos trabalhadores independentes sofrerem redução, o ajustamento das taxas constantes do anexo I será aplicável, no que se refere aos trabalhadores que venham a ser abrangidos por tal redução, apenas até ao limite e ao ano em que venham a ser atingidos os novos valores.

Artigo 3.º

Revogação

São revogadas as taxas contributivas fixadas nos artigos 28.º e 29.º do Decreto Regional n.º 26/79/M, de 7 de Novembro, e, bem assim, todas as demais que contrariem o disposto no presente diploma.

Artigo 4.º

Produção de efeitos

O presente decreto-lei produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2001.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 21 de Dezembro de 2000. — *Jaime José Matos da Gama* — *Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues*.

Promulgado em 26 de Janeiro de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 1 de Fevereiro de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ANEXO I

Período — Anos	Ajustamento progressivo das taxas	
	Esquema obrigatório (percentagem)	Esquema alargado (percentagem)
2001	7	8
2002	9	11
2003	11	13
2004	13	15
2005	15	17
2006	17	19
2007	19	21
2008	21	23
2009	22	25
2010	23	27
2011	24	29
2012	25	31
2013	25,40	32

Decreto-Lei n.º 41/2001

de 9 de Fevereiro

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/97, de 14 de Agosto, com a redacção que lhe foi dada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2000, de 1 de Fevereiro, ao aprovar o Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais (PPART), estabeleceu um conjunto de eixos de acção cujo objectivo central é a valorização, a expansão e a renovação das artes, dos ofícios e das microempresas artesanais.

Preconizou-se, então, como medida de suporte à política pública de fomento às artes, ofícios e microempresas artesanais, a definição do estatuto do artesão e do respectivo processo de acreditação. A fim de assegurar a preservação e a promoção das artes e ofícios é necessário dotar este sector de um instrumento jurídico de base que enquadre, defina e regule o conjunto de actividades económicas a ele associadas, e que, dessa forma, oriente a definição e execução de políticas adequadas ao manifesto interesse público de que este sector se reveste.

Neste contexto, torna-se particularmente importante definir com clareza os conceitos de artesão e de unidade produtiva artesanal, bem como os requisitos a que devem obedecer as actividades artesanais para que possam beneficiar de apoios públicos e de medidas de discriminação positiva. Assim, a Comissão Nacional para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais considerou fundamental propor ao Governo a aprova-

ção do estatuto do artesão e da unidade produtiva artesanal, que, designadamente, institui os respectivos processos de acreditação.

Com a definição do estatuto do artesão e da unidade produtiva artesanal, o Governo pretende dar corpo a uma estratégia de valorização e credibilização das artes e ofícios enquanto plataforma de afirmação da identidade e cultura nacionais, que assenta, nomeadamente, no reconhecimento do papel fundamental que podem assumir na dinamização da economia e do emprego a nível local.

Na elaboração do presente diploma participou a Comissão Nacional para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais, tendo sido ouvidas as associações de artesãos e a Federação Nacional das Cooperativas de Artesanato.

Foram ouvidos os órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente diploma aprova o estatuto do artesão e da unidade produtiva artesanal e define o respectivo processo de acreditação.

Artigo 2.º

Objectivos

O presente diploma, ao aprovar o estatuto do artesão e da unidade produtiva artesanal, tem por objectivos:

- Identificar os artesãos e as actividades artesanais, conferindo-lhes maior visibilidade e valorização social e contribuindo, também, para a dignificação das profissões ligadas ao artesanato, nomeadamente, junto dos mais jovens;
- Contribuir para uma adequada definição e ajustamento das políticas de incentivo e de discriminação positiva para o sector;
- Reforçar a consciência social da importância das artes e ofícios como meio privilegiado de preservação dos valores da identidade cultural do País e como instrumento de dinamização da economia e do emprego a nível local;
- Assegurar a produção de dados estatísticos que permitam obter informação rigorosa e actualizada sobre o sector, através do registo dos artesãos e das unidades produtivas artesanais.

Artigo 3.º

Âmbito

As disposições contidas neste diploma são aplicáveis em todo o território nacional, a todos os artesãos e a todas as unidades produtivas artesanais que pretendam ser reconhecidos como tal, sem prejuízo das eventuais adaptações às especificidades regionais e do desenvolvimento dos princípios gerais nele contidos que nas Regiões Autónomas venham a ser introduzidas através de decreto legislativo regional.

CAPÍTULO II

Da actividade artesanal, do artesão e da unidade produtiva artesanal

SECÇÃO I

Da actividade artesanal

Artigo 4.º

Conceito

Designa-se por actividade artesanal a actividade económica, de reconhecido valor cultural e social, que assenta na produção, restauro ou reparação de bens de valor artístico ou utilitário, de raiz tradicional ou contemporânea, e na prestação de serviços de igual natureza, bem como na produção e confecção tradicionais de bens alimentares.

Artigo 5.º

Requisitos

1 — A actividade artesanal deve caracterizar-se pela fidelidade aos processos tradicionais, em que a intervenção pessoal constitui um factor predominante e o produto final é de fabrico individualizado e genuíno, sem prejuízo da abertura à inovação consagrada no artigo seguinte.

2 — A predominância da intervenção pessoal é avaliada em relação às fases do processo produtivo em que se influencia ou determine a qualidade e natureza do produto ou serviço final, em obediência aos requisitos referidos no número anterior.

Artigo 6.º

Abertura à inovação

A fidelidade aos processos tradicionais referida no n.º 1 do artigo anterior deve ser compatibilizada com a inovação, nos seguintes domínios e nas seguintes condições:

- Adequação do produto final às tendências do mercado e a novas funcionalidades desde que conserve um carácter diferenciado relativamente à produção industrial;
- Adaptação dos processos produtivos, equipamentos e tecnologias de produção, por imperativos de ordem ambiental e de higiene e segurança no local de trabalho e por forma a diminuir a penosidade do processo produtivo ou a rentabilizar a produção desde que, em qualquer caso, seja salvaguardada a natureza e qualidade do produto ou serviço final;
- Substituição das matérias-primas, por forma a respeitarem-se as exigências ambientais e de saúde pública e os direitos dos consumidores ou ainda por razões de maior adequação ao resultado final pretendido.

Artigo 7.º

Tipologia das actividades artesanais

À luz do disposto nos artigos anteriores, estabelece-se a seguinte tipologia para as actividades artesanais:

- Artes;
- Ofícios;

- c) Produção e confecção tradicional de bens alimentares.

Artigo 8.º

Repertório de actividades artesanais

1 — A actividade desenvolvida de acordo com as condições previstas nos preceitos anteriores deverá constar do repertório de actividades artesanais, a publicar nos termos previstos no artigo 21.º, sem prejuízo do disposto no n.º 3.

2 — O repertório de actividades artesanais referido no preceito anterior tem um carácter dinâmico, pelo que deverá ser actualizado periodicamente, de acordo com a evolução do sector.

3 — Até cada nova actualização do repertório de actividades artesanais, poderá a Comissão Nacional para a Promoção dos Oficinas e das Microempresas Artesanais, mediante fundamentação adequada e para efeitos de acreditação de artesãos e de unidades produtivas artesanais, reconhecer actividades ainda não constantes do mesmo.

SECÇÃO II

Do artesão

Artigo 9.º

Conceito

Para efeitos do presente diploma, entende-se por artesão o trabalhador que exerce uma actividade artesanal, dominando o conjunto de saberes e técnicas a ela inerentes, ao qual se exige um apurado sentido estético e perícia manual.

Artigo 10.º

Acreditação dos artesãos

1 — Os artesãos verão reconhecido esse estatuto através de um título designado por «carta de artesão», desde que cumpram os requisitos estabelecidos no artigo seguinte.

2 — A carta de artesão é válida por períodos que variam entre dois e cinco anos, em termos a regulamentar.

Artigo 11.º

Requisitos de acreditação

1 — A atribuição da carta de artesão supõe o exercício de uma actividade artesanal, nos seguintes termos:

- A actividade em causa deve constar do repertório das actividades artesanais a que se refere o artigo 8.º, devendo o seu exercício observar o preceituado nos artigos 5.º e 6.º;
- O artesão deve exercer a sua actividade a título profissional.

2 — Excepcionalmente, e mediante fundamentação adequada, poderá ser atribuída a carta de artesão a quem, embora não cumprindo o requisito previsto na alínea b) do número anterior, seja detentor de saberes que, do ponto de vista das artes e ofícios, se considerem de grande relevância.

SECÇÃO III

Da unidade produtiva artesanal

Artigo 12.º

Conceito

Para efeitos do presente diploma, considera-se unidade produtiva artesanal toda e qualquer unidade económica, legalmente constituída e devidamente registada, designadamente sob as formas de empresário em nome individual, estabelecimento individual de responsabilidade limitada, cooperativa, sociedade unipessoal ou sociedade comercial que desenvolva uma actividade artesanal, nos termos previstos na secção I do presente diploma.

Artigo 13.º

Acreditação das unidades produtivas artesanais

1 — As unidades produtivas artesanais verão reconhecido esse estatuto através de um título designado por «carta de unidade produtiva artesanal» desde que cumpram os requisitos estabelecidos no artigo seguinte.

2 — A carta de unidade produtiva artesanal é válida por períodos que variam entre dois e cinco anos, em termos a regulamentar.

Artigo 14.º

Requisitos de acreditação

1 — As unidades produtivas artesanais poderão obter a carta de unidade produtiva artesanal desde que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:

- Ter como responsável pela produção um artesão, possuidor do título referido no artigo 10.º, que a dirija e nela participe;
- Ter, no máximo, nove trabalhadores, exceptuando os aprendizes, salvo o disposto no número seguinte.

2 — Excepcionalmente, tendo em conta a natureza da actividade desenvolvida, e mediante uma análise casuística fundamentada, poderão ser consideradas unidades produtivas artesanais as empresas que, embora excedendo o número de trabalhadores fixado na alínea b) do número anterior, salvaguardem os princípios que caracterizam os processos produtivos artesanais.

Artigo 15.º

Efeitos

O reconhecimento do estatuto de unidade produtiva artesanal, nos termos do artigo 13.º, é condição necessária para o acesso a quaisquer apoios e benefícios que o Estado atribua ao artesanato.

SECÇÃO IV

Processo de acreditação

Artigo 16.º

Competência

1 — O estatuto de artesão e o estatuto de unidade produtiva artesanal são reconhecidos, no quadro do pro-

cesso de acreditação a regulamentar nos termos do artigo 21.º, por decisão da Comissão Nacional para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/97, de 14 de Agosto, com a redacção que lhe foi dada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2000, de 1 de Fevereiro.

2 — Da decisão da Comissão cabe recurso para o Ministro do Trabalho e da Solidariedade.

CAPÍTULO III

Registo Nacional do Artesanato

Artigo 17.º

Objecto

O Registo Nacional do Artesanato integra o repertório de actividades artesanais previsto no artigo 8.º e destina-se ainda à inscrição dos artesãos e das unidades produtivas artesanais acreditados nos termos previstos, respectivamente, nos artigos 10.º e 13.º

Artigo 18.º

Competência

A inscrição no Registo é da competência oficiosa da Comissão referida no artigo 16.º

Artigo 19.º

Natureza

A inscrição dos artesãos e das unidades produtivas artesanais no Registo é gratuita, tem carácter público e será actualizada oficiosamente.

Artigo 20.º

Organização

O Registo organiza-se nas seguintes secções:

- a) Secção das actividades artesanais;
- b) Secção dos artesãos;
- c) Secção das unidades produtivas artesanais.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 21.º

Regulamentação

No prazo de 180 dias a contar da publicação do presente diploma serão aprovadas as normas regulamentares necessárias à execução das disposições contidas no mesmo no que respeita à definição do repertório das actividades artesanais, ao processo de acreditação dos artesãos e das unidades produtivas artesanais e à organização e funcionamento do Registo Nacional do Artesanato.

Artigo 22.º

Vigência

O presente diploma entra em vigor trinta dias após a sua publicação, com excepção do disposto no artigo 15.º, que começará a vigorar em simultâneo com os

regulamentos a este respeitantes previstos no artigo anterior.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 21 de Dezembro de 2000. — *António Manuel de Oliveira Guterres — Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues — Vítor Manuel da Silva Santos — Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira — Luís Manuel Capoulas Santos — Augusto Ernesto Santos Silva — José Estêvão Cantarato Sasportes.*

Promulgado em 26 de Janeiro de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 1 de Fevereiro de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

Decreto-Lei n.º 42/2001

de 9 de Fevereiro

Nos termos do artigo 38.º da Lei n.º 3-B/2000, de 4 de Abril, ficou o Governo autorizado a legislar no sentido da criação, no âmbito do sistema de solidariedade e segurança social, de secções de processos competentes para a execução de dívidas à segurança social, competendo-lhe igualmente, e em simultâneo, adequar a organização e competência dos tribunais administrativos e fiscais àquela nova realidade.

No seguimento da aprovação de uma nova Lei de Bases da Solidariedade e Segurança Social, e no momento em que o processo de reforma institucional deste sistema se encontra já numa fase final de implementação, importa dar mais um passo decisivo no sentido do reforço da eficácia operacional do aparelho administrativo da segurança social através da concretização da autorização legislativa acima mencionada.

Mediante a criação de secções de execução autónomas, devidamente integradas no sistema, confere-se maior celeridade ao processo de cobrança coerciva na medida em que se agilizam os mecanismos e procedimentos tendentes à sua efectivação.

Os objectivos a prosseguir pelas secções de processos não põem em causa a experiência entretanto adquirida e, nesta 1.ª fase, o quadro legislativo de fundo deverá manter-se o existente para o procedimento e o processo tributários.

Reafirma-se este princípio em várias disposições do presente diploma, que mais não pretendem que aplicar o disposto no Código de Procedimento e de Processo Tributário ao sistema de solidariedade e segurança social.

Desse modo se dará continuidade ao trabalho já realizado, deixando para mais tarde e depois de algum tempo de prática a alteração do quadro legislativo em vigor.

Da mesma forma se estabelece o regime jurídico especial que consagra a autonomia da execução das contribuições e das dívidas à segurança social, sem prejuízo quer da possível coligação da segurança social com a Fazenda Pública como exequentes, quer da apensação dos respectivos processos de execução. Fica já traçado o regime jurídico especial do processo de execução das dívidas à segurança social.

Às delegações do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, enquanto órgãos próprios do sistema,